

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

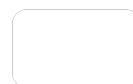
VANESSA GEÓRGIA GONÇALVES BASTOS BECKMAN

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA: uma análise das estratégias
dos empreendimentos vinculados ao Centro de Referência Estadual de Economia
Solidária - CRESOL/MA entre 2018 e 2022

São Luís- MA

2023

VANESSA GEÓRGIA GONÇALVES BASTOS BECKMAN



ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA: uma análise das estratégias dos empreendimentos vinculados ao Centro de Referência Estadual de Economia Solidária - CRESOL/MA entre 2018 e 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional, Agricultura e Meio Ambiente.

Prof. Orientador: Dr. José de Ribamar Sá Silva
Prof. Coorientador: Dr. Welbson do Vale Madeira

São Luís- MA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Bastos Beckman, Vanessa Geórgia Gonçalves.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA : uma análise das estratégias dos empreendimentos vinculados ao Centro de Referência Estadual de Economia Solidária - CRESOL/MA entre 2018 e 2022 / Vanessa Geórgia Gonçalves Bastos Beckman. - 2023.

101 f.

Coorientador(a): Welbson do Vale Madeira.

Orientador(a): José de Ribamar Sá Silva.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Economia Solidária. 2. Geração de renda. 3. Maranhão. 4. Política Pública. I. Madeira, Welbson do Vale. II. Sá Silva, José de Ribamar. III. Título.

VANESSA GEÓRGIA GONÇALVES BASTOS BECKMAN

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA: uma análise das estratégias dos empreendimentos vinculados ao Centro de Referência Estadual de Economia Solidária - CRESOL/MA entre 2018 e 2022.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. José de Ribamar Sá Silva (Orientador)
Doutorado em Políticas Públicas (UFMA)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Welbson do Vale Madeira (Coorientador)
Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Danielle de Queiroz Soares
Doutorado em Políticas Públicas (UFMA)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Itaan de Jesus Pastor Santos (Examinador externo)
Doutorado em Agroecologia (UTL)
Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão a Deus, pelo dom da vida e pela sabedoria que me guiou ao longo desta jornada.

À minha amada família, a saber: meu marido, Paulo Beckman, pelo amor que compartilhamos e pela compreensão da importância da minha ausência durante longas horas de estudo e pesquisa, a qual foi essencial; meus pais, Robson e Vanusa, cujo amor e apoio incondicionais são inestimáveis. A vocês agradeço toda a trajetória que percorremos juntos e todo o incentivo incansável aos meus estudos: vocês são minha inspiração; meu irmão, João Gonçalves, que, embora esteja distante fisicamente, esteve presente de coração, oferecendo seu companheirismo inabalável em todos os momentos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, e ao coorientador, Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira, expresso minha profunda gratidão pela orientação sábia, conselhos valiosos e infinita paciência ao longo deste processo.

À Profa. Dra. Danielle Queiroz Soares, que participou do exame de qualificação, agradeço as contribuições construtivas e o papel fundamental no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço, ainda, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA, cujas contribuições favoreceram a construção de um ambiente propício para esta pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - Fapema, que, generosamente, auxiliou-me por meio do financiamento e bolsa para a pesquisa; meus sinceros agradecimentos pelo suporte financeiro que tornou este estudo possível.

Aos entrevistados da pesquisa e à equipe do CRESOL, minha gratidão pela generosidade, paciência e por permitirem a realização desta investigação de maneira tranquila e acolhedora.

Aos meus amigos, Ana Luzia, Carlos Eduardo, Diego Pinheiro, Eliza Flora, Jaylson Mendonça e Marcelo Rocha, agradeço o apoio, incentivo e amizade ao longo desta jornada.

A todos que, de alguma forma, apoiaram-me ao longo deste caminho, minha mais profunda gratidão. Este trabalho é o resultado de um esforço coletivo, e compartilho este marco com cada um de vocês.

LISTA DE SIGLAS

ANTEG	-	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BNDES	-	Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes
CONAES	-	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONPES	-	Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária
CRESOL	-	Centro de Referência Estadual de Economia Solidária
EES	-	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	-	Fórum Brasileiro
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
OSCIP	-	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDRA	-	Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste do Estado
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PROGER	-	Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAES	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAES	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETRES	-	Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária
SIES	-	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- | | | |
|-----------------|---|---|
| Quadro 1 | - | Formas de apresentação da Economia Solidária - tipos de organização |
| Figura 1 | - | Esquema de estruturação dos Empreendimentos Econômicos Solidários |
| Quadro 2 | - | Sinopse comparativa Empresa convencional e Empreendimento Econômico Solidário |
| Figura 2 | - | Fachada do CRESOL |
| Figura 3 | - | Feiras do CRESOL |

RESUMO

O presente estudo concentra-se nos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL no Maranhão, explorando sua diversidade e potencial de geração de renda no período de 2018 a 2022. Para embasar a pesquisa, foram revisados marcos teóricos e analisadas políticas públicas. O estudo adota uma metodologia quanto à sua natureza básica, à abordagem qualitativa, ao objetivo exploratório e descritivo, e quanto aos procedimentos, recorre à revisão bibliográfica com a análise das principais políticas públicas de apoio à Economia Solidária. Por fim, a pesquisa de campo é conduzida por meio de entrevistas utilizando um roteiro pré-determinado com um questionário semiestruturado composto por questões abertas e fechadas. Os resultados indicam impactos positivos na geração de renda e desafios como a sazonalidade das vendas e obstáculos logísticos. A Economia Solidária se consolida como alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento, promovendo valores de solidariedade e cooperação. Portanto, a pesquisa conclui que a Economia Solidária tem impacto relevante no aumento da geração de renda dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL, envolvendo um processo de fortalecimento da cadeia produtiva, valorizando as potencialidades desenvolvidas locais.

Palavras-chave: Geração de renda. Economia Solidária. Política Pública. Maranhão.

ABSTRACT

The present study focuses on solidarity-based enterprises linked to CRESOL in Maranhão, exploring their diversity and income-generating potential from 2018 to 2022. To underpin the research, theoretical frameworks were reviewed, and public policies were analyzed. The study adopts a methodology concerning its fundamental nature, qualitative approach, exploratory and descriptive objectives, and, in terms of procedures, relies on literature review along with the analysis of the main public policies supporting Solidarity Economy. Finally, the field research is conducted through interviews using a predetermined script with a semi-structured questionnaire comprising open and closed questions. The results indicate positive impacts on income generation and challenges such as sales seasonality and logistical obstacles. Solidarity Economy establishes itself as an alternative to the traditional development model, promoting values of solidarity and cooperation. Therefore, the research concludes that Solidarity Economy has a relevant impact on increasing the income generation of solidarity-based enterprises linked to CRESOL, involving a strengthening process of the local productive chain and valuing the developed local potential.

Keywords: Income generation. Solidarity economy. Public policy. Maranhão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.	11
2	PERCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: concepção, evolução histórica e fundamentos.....	17
2.1	Origem e evolução da Economia Solidária.....	17
2.2	Definição de Economia Solidária.....	30
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	39
3.1	Economia Solidária e o Desenvolvimento Econômico: o papel do Estado.....	39
3.2	Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária.....	48
3.3	Legislação e normas de incentivo à Economia Solidária no Brasil.....	55
4	ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO E SUAS PARTICULARIDADES.....	60
4.1	Desenvolvimento da Economia Solidária no Maranhão.....	60
4.2	Centro de Referência de Economia Solidária do Maranhão – CRESOL.....	62
4.3	Análise dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL.....	64
4.3.1	Panorama dos entrevistados.....	66
4.3.2	Estrutura organizacional e participação dos associados.....	67
4.3.3	Geração de renda e sustentabilidade financeira.....	70
4.3.4	Obstáculos e Potencialidades.....	75
5	CONCLUSÃO.....	80
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO CRESOL 2022.....	91
	APÊNDICE B - GUIA USADO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	97
	APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	101

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é um campo da economia em constante crescimento que busca promover relações econômicas mais justas, inclusivas e sustentáveis. Ao longo dos anos, tem ganhado destaque como uma alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento, visando à superação de desigualdades e ao fortalecimento da participação coletiva. Nesse contexto, é essencial compreender sua origem, evolução e definição, bem como analisar o papel das políticas públicas governamentais voltadas para o seu fomento.

A Economia Solidária tem suas raízes em movimentos sociais e cooperativistas que emergiram no final do século XIX e se fortaleceram ao longo do século XX. Originou-se como resposta às condições precárias de trabalho e à exclusão social vivenciadas por diferentes grupos, como trabalhadores rurais, urbanos, artesãos e microempreendedores. Com o passar do tempo, consolidou-se como um movimento global, impulsionado por ideais de solidariedade, cooperação e autogestão.

Esses coletivos de trabalhadores, ao adotarem uma lógica orientada pelas necessidades do mercado, têm como objetivo encontrar soluções para o desemprego, ganhando reconhecimento em todo o país, com diferentes termos e denominações, quais sejam: economia do trabalho (CORAGGIO 2000), economia popular (GAIGER, 2008; TIRIBA 2001) e economia solidária (SINGER, 2002). É importante reconhecer, no âmbito deste trabalho, a necessidade de se buscar mais conhecimentos, com base em pesquisa científica, capazes de possibilitar uma visão mais aprimorada da temática e, desse modo, contribuir tanto com o meio acadêmico quanto com a sociedade envolvida nesse segmento, considerando, ainda, ser esta uma forma de organização que possibilita a interação do pesquisador com a realidade local. A expectativa é que um estudo dessa natureza seja capaz de analisar a Economia Solidária enquanto estratégia de favorecimento e geração de renda.

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei do então presidente Lula, criando, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), reconhecendo, dessa forma, o Estado brasileiro como um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura

do mercado, acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração, causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países” (SINGER, 2004).

No Brasil, a Economia Solidária tem recebido crescente atenção, o que resulta na criação de legislações e normas específicas de incentivo. Essas medidas buscam reconhecer e apoiar a atividade econômica solidária, fornecendo instrumentos legais para sua promoção e desenvolvimento. A legislação e as normas estabelecem diretrizes para o fomento da Economia Solidária, bem como facilitam o acesso a recursos financeiros, capacitação e apoio técnico, a exemplo da Política Nacional de Cooperativismo n.º 5.764/71, da Política Nacional de Economia Solidária e dos empreendimentos econômicos solidários, que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária n.º 6.606/2019 (antigo PL 4.685/2012).

O *locus* da pesquisa é o Centro de Referência Estadual de Economia Solidária - CRESOL, vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária – Setres, localizado na Casa do Maranhão, no Centro Histórico de São Luís-MA. A presente pesquisa visa à análise dos empreendimentos solidários que estão vinculados ao CRESOL quanto ao potencial de estratégia de geração de renda no período de 2018 a 2022. Nessa perspectiva, buscamos investigar uma experiência concreta de Economia Solidária, por meio da adoção de um estudo de natureza qualitativa, de forma que possibilite um conhecimento pautado em investigação científica.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o potencial dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL entre 2018 e 2022, com referência na possibilidade de geração de renda para as pessoas envolvidas nos mesmos. Alguns objetivos específicos foram estabelecidos, quais sejam: (a) contextualizar o surgimento da Economia Solidária no âmbito mundial e no Brasil; (b) apresentar as principais políticas públicas e estratégias governamentais de fomento à Economia Solidária; (c) verificar a realidade da Economia Solidária no Maranhão, identificando seus principais desafios e potencialidades; (d) caracterizar os empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL no que concerne à articulação do modo de produção; (e) compreender as possibilidades e limitações estruturais do mercado relacionado aos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL.

De acordo com os dados cedidos no ano de 2022, em visita à instituição, foi constatado o atendimento de 67 empreendimentos ativos em 35 municípios

maranhenses. Nessa conjuntura, a pesquisa propõe a seguinte questão: Qual é o potencial dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL de aumento da geração de renda das pessoas que estão envolvidas nos empreendimentos?

A hipótese levantada para esta investigação é que a Economia Solidária tem impacto relevante no aumento da geração de renda dos empreendimentos solidários vinculados ao Centro, envolvendo, assim, um processo de fortalecimento da cadeia produtiva e valorizando as potencialidades locais.

Isso posto, a delimitação deste estudo inclui os empreendimentos solidários localizados no Maranhão, com foco em alguns grupos de empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL. Para tanto, efetuamos um levantamento bibliográfico sobre a história e os conceitos da Economia Solidária; em outro momento, fizemos uma pesquisa documental com investigação, a partir de dados secundários, como relatórios estatísticos do Ipea, Senaes e Ministério do Trabalho, além de documentos oficiais cedidos pelo CRESOL; ademais, para maior aprofundamento, foi necessário analisar as legislações sobre as políticas públicas; e, por fim, realizamos a entrevista com empreendedores solidários atendidos pelo Centro de Referência, no sentido de verificar a estrutura destes com relação aos impactos na geração de renda.

O Centro supracitado foi implantado pelo Decreto n.º 34.230/2018 (MARANHÃO, 2018), como uma experiência inicial de gestão coletiva, para atender a meta do projeto Maranhão Desenvolvido Mais Justo e Solidário¹ (FERREIRA, 2021), cuja finalidade é fortalecer a produtividade maranhense, com base nos princípios da Economia Solidária. O CRESOL oferece capacitação e formação para gestão e produção sustentável e funciona como um espaço para comercialização dessa produção diversificada, visando ao desenvolvimento do segmento no estado, de modo a fortalecer a cultura popular e regional.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, por congrega características de ambas, proporcionando uma visão geral do estudo, e aumentar o conhecimento dos fenômenos já conhecidos, isto é, empreendedorismo social, economia solidária, políticas públicas de fomento à economia solidária, bem como os princípios, dimensões e estrutura, além de

¹ “O projeto Maranhão Desenvolvido Mais Justo e Solidário tem foco em gerar trabalho, renda e combater a pobreza no Maranhão. As ações direcionam para estimular o potencial empreendedor dos produtores, considerando a diversidade de cada região”. <https://www.ma.gov.br/noticias/governo-do-estado-garante-equipamentos-e-insumos-a-familias-agricultoras>

esclarecê-los. De forma qualitativa, a primeira etapa desta pesquisa se desenvolveu pelo site da SETRES e pelas visitas às feiras, a fim de constatar e observar a atividade realizada no contexto produtivo/comercial do empreendimento, assim como o levantamento descritivo de ações de fomento à Economia Solidária para a geração de renda.

Quanto aos procedimentos, o trabalho possui nas duas primeiras seções possui uma investigação por meio da revisão bibliográfica e à análise das principais políticas públicas de fomento à Economia Solidária e de campo, além de entrevista com roteiro predeterminado, formado por um questionário semiestruturado composto por questões abertas e fechadas feito a 6 grupos escolhidos dentro do universo de 67 grupos com cadastros ativos até outubro de 2022. A opção por estes grupos se deu em razão da diversidade de produção, no sentido de analisar os meios e cadeia de produção, os impactos na geração de renda e as características do perfil desses empreendedores solidários.

No que concerne à metodologia escolhida para a análise do conteúdo das entrevistas coletadas em campo, houve a escolha pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), na qual se explica que esta é uma abordagem utilizada para examinar as razões subjacentes, perspectivas, princípios, convicções e direções das pessoas, sendo conceituada como um conjunto de métodos para avaliar as interações comunicativas. Dentre as fases que a autora propõe, a pré-análise perpassa pela fase de organização do documento para a elaboração do plano de análise; sendo assim, fizemos a leitura flutuante, ou seja, o contato com dados colhidos para compreender a mensagem dos entrevistados. Posteriormente, foram atribuídas as categorias para a análise, que estão correlacionadas aos objetivos e ao problema da pesquisa: *estrutura organizacional e participação dos associados, geração de renda e sustentabilidade financeira, dificuldade e obstáculos*.

Os grupos selecionados para a investigação da pesquisa de campo foram:

- Empreendimento xx: empreendimento situado em Lago do Junco - MA, possui 32 anos de atuação com o extrativismo de coco babaçu no mercado internacional, vende o óleo orgânico de babaçu;
- Empreendimento A: empreendimento localizado no bairro da Vila Ariri, no Eixo Itaqui-Bacanga, na cidade de São Luís - MA, possui 23 anos de atuação e desenvolve o trabalho de forma coletiva, com a produção de 20 tipos de produtos com fibra de buriti (sandálias, bolsas, sacolas, pastas para eventos, toalhas, caminho de

mesa, souvenirs, porta-moedas, marcador de página, chaveiros, agenda pequena, porta-cartão, porta-celular, bijuterias, jogo americano, suporte para panela, porta-fósforo e outros);

- Empreendimento C: Localizado na Raposa que é um município que compõe a região metropolitana de São Luís, no Norte maranhense. Sendo a primeira iniciativa de organização das mulheres do município para a produção de renda, os produtos são diversos, tais como: roupas, redes e, recentemente, inovaram com as peças de bijuterias, brincos, colares e pulseiras;

- Empreendimento D: localizada no bairro da Madre Deus, em São Luís-MA, está no mercado desde 2005 e produz artesanato cultural em referência ao bumba meu boi;

- Empreendimento E: localizado no espaço do CRESOL, deu início às suas atividades no ano de 2020, com a pandemia. O grupo conta com mulheres consideradas vulneráveis que produzem artesanato de arte sacra, materiais recicláveis e de papelaria;

- Associação de Mulheres Produtoras Rurais de Perijuçara: localizada para revenda no espaço do CRESOL e no povoado de Perijuçara, no município de Axixá, o empreendimento está ativo desde 2010 e trabalha com a produção agrícola de diversos produtos da região: farinha de mandioca, de puba, pimenta, geleia, mel e óleo de babaçu.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos uma contextualização da Economia Solidária no mundo e no Brasil, desde seus primórdios até os dias atuais, destacando os principais marcos, movimentos, organizações e eventos que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Na segunda seção concentra-se em destacar as políticas públicas e as estratégias governamentais de fomento à Economia Solidária no Brasil, os desafios e as contradições dessas políticas, a análise da legislação e das políticas públicas relacionadas à Economia Solidária, bem como de que maneira elas podem contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos e para a promoção da igualdade econômica.

A seção três é destinada à apresentação da realidade da Economia Solidária no Maranhão destacando o contexto de criação do CRESOL, com o resultado da análise da entrevista, caracterizando a estrutura do mercado em que os empreendimentos solidários estão inseridos, levando em conta as características do

setor, a dinâmica competitiva, a oferta e a demanda, a cadeia produtiva, entre outros fatores relevantes. Por fim, é apresentada a avaliação dos resultados como objetivo da pesquisa no que tange a esses empreendimentos, de acordo com a sua participação no mercado, em termos de geração de emprego e renda.

O propósito deste estudo é não somente realizar uma análise teórica, mas também prática, com o intuito de avaliar aprimoramentos e avanços no desenvolvimento dos empreendimentos solidários associados ao CRESOL.

2 PERCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: concepção, evolução histórica e fundamentos

No presente capítulo, abordaremos, de forma abrangente, dois tópicos distintos relacionados aos aspectos históricos e ao conceito de Economia Solidária. A compreensão desses temas é fundamental, por meio do resgate de alguns autores do século XIX, para mostrar como tal teoria influencia a Economia Solidária ao se estruturar como conceito contemporâneo, embora o socialismo utópico esteja inserido em outro contexto histórico necessário para a interpretação da pesquisa, na medida em que permite familiarização com os termos, de maneira a perceber a evolução histórica e adquirir uma compreensão mais aprofundada do objeto principal deste estudo: a Economia Solidária como uma política pública que fortalece a geração de renda dos associados ao CRESOL.

2.1 Origem e evolução da Economia Solidária

No contexto atual do sistema capitalista, devido à intensificação das medidas do processo de combate aos trabalhadores e à diminuição gradual das políticas sociais, com altos índices de desemprego e precarização do trabalho, diversos projetos sociais surgiram e ganharam destaque na sociedade, o que, conseqüentemente, gerou debates acadêmicos significativos. (WELLEN, 2012).

Para Marx (2005, p. 827), “a acumulação primitiva² desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira” com a ruptura do sistema de produção feudal para o sistema produtivo.

Logo, a Economia Solidária emergiu, após o advento do capitalismo industrial, como uma resposta ao notável empobrecimento dos artesãos, decorrente da disseminação das máquinas e da organização fabril. A Grã-Bretanha foi o berço da Primeira Revolução Industrial, que foi precedida pela expulsão em massa dos camponeses de terras senhoriais, o que resultou na formação da classe trabalhadora moderna. (SINGER, 2002).

² A acumulação primitiva pode ser entendida como o processo histórico de desapossamento dos produtores imediatos, ou seja, o processo histórico de transformá-los em trabalhadores assalariados, processo que foi possível por meio do capitalismo, no qual o trabalhador foi privado dos meios necessários para sua subsistência, ficando apenas com a opção de vender sua força de trabalho em troca de um salário. Marx (2005).

Em termos práticos, “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (Singer 2002, p. 10), envolve a criação e gestão de empreendimentos coletivos, que visam à produção e comercialização de bens e serviços de forma democrática e igualitária. Esses empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores, que tomam as decisões de forma coletiva e compartilham os resultados, sem a presença de um empregador ou investidor individual.

A formação de empreendimentos autogeridos não é apenas uma opção dos trabalhadores diante do emprego assalariado e da pobreza, mas um conjunto de atividades que têm o potencial de modificar a consciência e o comportamento dos participantes, levando-os a adotar valores ideológicos (como participação, igualdade, solidariedade, entre outros), que são opostos aos princípios fundamentais da lógica individualista e competitiva das sociedades capitalistas. (SINGER, 2002).

A princípio, Rocha (2019) expõe que a base da Economia Solidária remonta os movimentos operários durante o auge da Revolução Industrial. Na Inglaterra, foram criadas cooperativas de trabalhadores que se tornaram uma alternativa de resistência contra a exploração nas fábricas.

Nas fábricas, durante a Revolução Industrial, a exploração do trabalho era desenfreada e não havia limites legais, colocando em risco a saúde e a reprodução biológica dos trabalhadores. Crianças eram empregadas desde a tenra idade, e as jornadas de trabalho eram excessivamente longas, ocasionando debilitação física, alta morbidade e mortalidade. Diante disso, alguns empresários mais conscientes, como o britânico Robert Owen, proprietário de um grande complexo têxtil em New Lanark, passaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. (SINGER, 2002).

Nesse sentido, Singer (2002) afirma que, ainda durante o período Pós-Revolução Francesa, a Europa enfrentou uma série de guerras prolongadas. Owen propôs ao governo britânico a utilização dos fundos de sustento dos pobres para adquirir terras e construir Aldeias Cooperativas, argumentando que essa abordagem permitiria reintegrar os pobres à produção, em vez de mantê-los desocupados, tendo como consequência a economia de recursos e promovendo a sustentabilidade.

Segundo Vieira (2005), “outra importante ação estimulada por Owen foi o estabelecimento de um mercado local que cobrava preços justos e não adulterava a qualidade dos produtos”, o que propiciava à população a educação de criar o hábito

para economizar. Em outras palavras, à medida que Owen explicava seu "plano", tornava-se cada vez mais claro que sua proposta não se limitava a reduzir os custos de sustento dos pobres, contudo envolvia uma transformação completa no sistema social e a abolição do modelo capitalista de empresas lucrativas. (COLE, 1944).

Assim sendo, a Economia Solidária surge como uma possível emergência à reação cíclica do capitalismo, segundo esclarece Lechat (2002); ela nasce como resultado do trabalho cooperativo, um movimento impulsionado pela necessidade urgente de melhorar as condições de trabalho no século XIX, cujo início se deu com a formação das primeiras cooperativas, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. Um exemplo proeminente foi o estabelecimento de cooperativas de consumo lideradas pelos sindicatos dos trabalhadores.

Conforme Vieira (2005), a obra "A Grande Transformação", de K. Polanyi, oferece uma nova perspectiva ao movimento ao combinar análise econômica estruturalista e antropológica funcionalista. A obra explora como os indivíduos respondem às adversidades inerentes ao sistema capitalista, que podem ser associadas ao movimento da Economia Solidária. Destaca, ademais, que, durante o período abrangido pela segunda metade do século XIX e grande parte do século XX, as transformações ocorridas no papel do Estado foram cruciais para compreender as conquistas e demandas sociais que surgiram em resposta às contradições do capitalismo.

Portanto, França Filho e Laville (2004) afirmam que, antes do século XIX, todos os sistemas econômicos existentes atribuíam grande importância aos princípios fundamentais, como a reciprocidade, redistribuição e domesticidade, ou uma combinação dos três. Esses princípios eram incorporados em uma estrutura social que utilizava os modelos de centralidade e simetria para institucionalizá-los. E o mercado desempenhava o papel de facilitar as trocas, tornando-se autônomo com relação aos contextos em que se desenvolvia.

Ao longo da história, de acordo com a perspectiva de Polanyi (2000), o comércio desempenhou um papel importante na integração de sistemas econômicos, os quais eram baseados na reciprocidade e na redistribuição. O comércio permitia a troca de mercadorias e tinha certa autonomia, mas não era necessariamente impulsionado pelas expectativas individuais de lucro crescente. Embora o comércio tenha sido presente como princípio e prática de intercâmbio, não funcionava como um fator integrativo por si só.

Dessa forma, podemos afirmar que, na concepção de Polanyi (2000), o predomínio da economia de mercado sobre as relações sociais ocorreu devido ao temor da fome entre os trabalhadores e ao incentivo ao lucro por parte dos empregadores.

Polanyi (2012, p.75) reforça que "todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três".

Diante desses princípios, a reciprocidade é a troca de maneira recíproca que valoriza a prática de virtudes sociais e, em conjunto com o princípio de redistribuição, assegura "o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração" (POLANYI, 2000, p. 68).

A elucidação de Polanyi (2000, p. 71) reforça a necessidade de ter "um intermediário na pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo" que "recebe e distribui os suprimentos". Podem ser consideradas as práticas dos princípios de reciprocidade e redistribuição em associativismo, como uma maneira clara de Economia Solidária. E os princípios de reciprocidade e redistribuição não acontecem na falta do princípio de domesticidade e do seu padrão correspondente de autossuficiência em um conjunto restrito de indivíduos.

O terceiro princípio, que desempenha um papel significativo na história, denominado princípio da autossuficiência, refere-se à produção para consumo próprio. A atividade de suprir as necessidades domésticas próprias não tinha qualquer relação com o objetivo de obter lucro, nem com a existência de mercados. Seu modelo é baseado em um grupo fechado. (POLANYI, 2000).

As inquietações e frustrações experimentadas pelos indivíduos podem ser associadas às transformações ocorridas no papel do Estado. Com o objetivo de atender às novas demandas sociais geradas pelas contradições do capitalismo, o Estado assumiu um papel central na sua absorção. Essa dinâmica acabou por gerar confusão entre os indivíduos. Nessa perspectiva, na atual lógica de mercado predominante e da falta de avanços sociais, é imperativo buscar formas de garantir condições de vida dignas para as pessoas. Para isso, é necessário promover, cada vez mais, a reciprocidade, a solidariedade, a igualdade de oportunidades, a justiça social e outros princípios similares. (VIEIRA, 2005).

Logo, França Filho e Laville (2004) ressaltam que, diferentemente da economia capitalista, que se concentra na acumulação de capital e opera por meio de relações competitivas, com o objetivo de atender interesses individuais, a Economia Solidária se estrutura em torno de valores humanos, promovendo relações baseadas na reciprocidade e adotando formas comunitárias de propriedade, enfatizando, assim, a importância do vínculo social.

Em decorrência da própria dinâmica capitalista, ocorreu, em diversos países, o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social³, em razão de ataques ideológicos e políticos promovidos por defensores dos princípios liberais, que defendem a desregulamentação dos mercados e a redução do tamanho e do papel do Estado na economia. Isso resultou em uma diminuição da regulação do emprego industrial e do trabalho formalmente regulamentado. (SOUZA, CUNHA E DAKUZAKU, 2003).

A diminuição gradual do Estado de Bem-Estar Social, combinada com as flutuações econômicas, como a revolução tecnológica e a recessão econômica, resulta no aumento do número de pessoas excluídas no sistema produtivo. Essas pessoas ficam desempregadas e não possuem meios adequados de subsistência sem o auxílio estatal. Diante dessas circunstâncias adversas, os indivíduos têm a capacidade de se organizar em grupos autossustentáveis e reagir, de modo a criar instituições voltadas para o auxílio mútuo. (VIEIRA, 2005).

Para tanto, França Filho (2002) aponta que, ao longo do século passado, alguns movimentos, como o cooperativismo operário e a autogestão, perderam parte de sua influência, enquanto outros ganharam destaque, como as melhorias nas condições de trabalho assalariado. Nesse último caso, diversas lutas sociais levaram à construção de uma cidadania baseada na regulação estatal do mercado de trabalho e na consolidação dos chamados direitos sociais, como a jornada diária de 8 horas, férias remuneradas, 13º salário, licença-maternidade, entre outros. Esse cenário permeia a formação da economia social, conforme descrito na literatura francesa.

Diante do reconhecimento do declínio do fordismo e sua produção em massa, França Filho (2002) afirma que a Economia Social defende a transformação

³ *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social é caracterizado pela responsabilidade do governo em implementar uma política fiscal progressiva, visando financiar programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego e, especialmente, alcançar o pleno emprego. Essas garantias são reconhecidas como direitos políticos fundamentais, e não como meras ações de caridade. (WILENSKY, 1974).

social pela política, não passando pela esfera do Estado, mas sim pelas experiências sociais.

Em meio a essa conjuntura do papel do Estado e das questões sociais, Barbosa (2007) expõe que as crises ocorridas ao longo da história do capitalismo surgem do desajuste entre os mecanismos de mediação e a acumulação em um contexto de agregação social. Elas representam a manifestação dessa incongruência, ao mesmo tempo em que impulsionam a busca por novas formas de regulação. Assim, o fordismo foi um desses estágios regulatórios, e a crise está diretamente ligada à fragilização da relação social do trabalho assalariado, com a redução de empregos estáveis e protegidos.

Wellen (2012) reforça que, da forma como ocorreu em todas as grandes crises do capitalismo⁴, a crise de 1970 também teve sua origem na superprodução de mercadorias capital⁵. Conforme a lógica inerente ao sistema capitalista, as empresas buscam aumentar suas taxas de lucro por meio do aumento da produtividade. Para alcançar esse objetivo, investem em formas de gestão e tecnologias, resultando no aumento da quantidade de trabalho.

A partir dos anos 70, a crise do capitalismo gerou desafios na resolução de suas próprias contradições. A estrutura socioeconômica existente e o aumento da luta de classes no ambiente de trabalho dificultam a superação da baixa produtividade do capital, notadamente devido à falta de flexibilidade para rever contratos, sistemas de produção, responsabilidades do Estado e poder dos sindicatos. (Barbosa, 2007).

Singer (2012) argumenta que, a partir de uma análise histórica, compreende-se que a Economia Solidária ultrapassa uma simples resposta às contradições do capitalismo no âmbito econômico. No entanto, é importante considerar que seu crescimento pode enfrentar desacelerações no futuro. Além disso, ela não deve ser vista apenas como uma forma complementar da economia capitalista, mas, sobretudo, como uma alternativa funcional que preserva fatores de

⁴ Mandel (1982) aponta outros momentos de recessão (1824/1847/ 1874/1893; 1914/1939, sendo a mais conhecida a quebra da bolsa de Nova York em 1929, em seguida, em 1962, na França e outros países, Grã-Bretanha (1970/1971) e em uma escala mundial a partir de 1974/1975.

⁵ “A superprodução é condicionada de maneira específica pela lei geral da produção capitalista: produzir até o limite estabelecido pelas forças produtivas, ou seja, explorar o volume máximo de trabalho. Com determinado volume de capital, sem levar em conta os limites reais do mercado ou as necessidades suportadas pela capacidade de pagamento; e isso é realizado por meio de uma expansão contínua de reprodução e acumulação e, então, por uma constante reconversão da renda em capital, enquanto, por outro lado, a massa de produtores permanece presa ao nível médio de necessidades e deve permanecer presa a ele de acordo com a natureza da produção capitalista.” Marx (p. 457, vol. 2).

produção, como trabalho, terra e equipamentos. Logo, para que a Economia Solidária tenha perspectivas promissoras, seria necessário que a economia capitalista atravessasse uma crise significativa.

Por meio de evidências históricas, Hobsbawn (1995) observa em sua análise que o aumento das ações reivindicatórias dos trabalhadores nas principais cidades europeias resultou em uma descolonização mais favorável à capital nas décadas de 1970. Isso ocorreu em virtude da redução dos custos de produção. Os imigrantes desempenharam, nesse período, um papel fundamental ao proporcionar a renovação e a aplicação do exército industrial de reserva, que é mais flexível do que a força de trabalho nacional, concebendo, pois, um ciclo produtivo de dominação.

De tal maneira, é evidenciado por Harvey (2005, p. 143) que “os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis”.

De forma semelhante, o desemprego desempenha um papel central no processo de exploração, atuando como um mecanismo para controlar a disponibilidade de mão de obra e, por consequência, afetando os salários, as formas de contratação e os níveis de exploração. (Marx, 2005).

Segundo Gaiger (2003, p.182), todos esses fatores apresentados até aqui geraram impactos na origem da Economia Solidária, de forma a ser uma “experiência que esteve intimamente ligada a matrizes intelectuais que, desde então, evoluíram por caminhos diversos: socialistas utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas”.

Diante do exposto, no contexto atual do mercado dominante e da falta de progresso social, é essencial trabalhar para garantir que as pessoas tenham condições de vida dignas. Para tanto, é cada vez mais necessário promover a reciprocidade, a solidariedade, a igualdade de oportunidades, a justiça social e outros aspectos relevantes. Como alternativa a esse sistema, ou até mesmo como uma forma de sobrevivência dentro dele, surgiram, ao longo do tempo, ações coletivas baseadas na igualdade, na reciprocidade, na confiança e na ajuda mútua, entre outros valores. Essas práticas se consolidaram e, posteriormente, receberam o nome de Economia Solidária. (ROCHA, 2005).

Portanto, à medida que os sintomas do enfraquecimento do Estado são identificados, emerge uma trajetória que visa superá-los por meio da implementação

da "Economia Solidária". A abordagem que França Filho e Laville (2004) fazem dessa economia consiste na sua apresentação como uma alternativa para o enfrentamento da precariedade do Estado, tendo em vista as transformações históricas que, potencialmente, questionam a centralidade do trabalho contemporâneo, em busca de amenizar a crise do trabalho e abordar questões relacionadas a ele.

Para Singer (2004), é necessário considerar que o capitalismo é o sistema dominante de produção, mas que, apesar disso, não abrange todas as economias contemporâneas. Existem outros tipos de produção, como a produção simples de mercadorias, realizada por unidades autônomas de produção individuais ou familiares. Além disso, há a economia pública, composta por empreendimentos estatais que oferecem serviços ou bens sem cobrar preços de mercado. A economia doméstica também está presente e envolve atividades produtivas e distributivas realizadas nos lares para consumo próprio. Por fim, temos a Economia Solidária, que é formada por empreendimentos autogeridos nas áreas de produção, crédito, serviços e consumo.

Diferentemente, Gaiger (2003) baseia sua argumentação na ideia de que a Economia Solidária possui um papel que vai além do de transformar a realidade dos excluídos do contexto do modo de produção capitalista, sendo mais que uma alternativa ao emprego e renda desse setor da população. Para o autor, a Economia Solidária advém da busca por formas de igualdade econômica e necessidade de sobrevivência dos trabalhadores. Contudo, ela não se inicia de forma espontânea, como defende Singer.

Essa economia apresenta uma diversidade de formas em diferentes regiões e países, as quais incluem cooperativas de produção e serviços, bancos populares, clubes de trocas, cooperativas sociais, sociedades cooperativas de interesse público, empresas sociais e sistemas de trocas locais. Em essência, abraça uma variedade de estruturas e iniciativas que visam à promoção de uma economia mais inclusiva, que valoriza a comunidade e atende às suas necessidades. (França Laville, 2004).

No I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (Conpes), Singer (2007) enfatizou:

Então, na medida em que o capitalismo neoliberal cria desemprego deliberadamente para colocar a classe trabalhadora contra a parede por causa das experiências das crises do petróleo, essa é a situação, nós estamos em situação de luta de classes acelerada, violenta, e neste ambiente a Economia Solidária é a salvação aqui pra muita gente. (SINGER, 2017, p.21).

Dessa forma, Santos (2007) afirma que as perspectivas apresentadas revelam que o posicionamento dos autores Laville (2004) e Singer (2012) caracteriza os empreendimentos econômicos formados pelos próprios trabalhadores desempregados como parte da Economia Solidária e se distinguem das empresas capitalistas tradicionais. Laville (2004), por sua vez, destaca a iniciativa dos trabalhadores desempregados e a solidariedade democrática como elementos fundamentais das empresas solidárias. Singer (2012) enfatiza a busca dos trabalhadores marginalizados pelo mercado de trabalho, mediante a autogestão e compartilhamento dos meios de produção e distribuição, configurando, assim, um modo alternativo de produção.

Ou seja, tanto Laville quanto Singer identificam o surgimento da Economia Solidária como uma resposta ao declínio da Sociedade de Bem-Estar. Laville considera que os empreendimentos solidários surgem como uma forma de segregação no espaço de trabalho, resultante da crise do modelo de emprego tradicional, oferecendo, destarte, uma alternativa econômica para os trabalhadores excluídos desse espaço. (SANTOS, 2007).

Ademais, a América Latina testemunhou o surgimento da Economia Solidária como uma abordagem inovadora para enfrentar as disparidades socioeconômicas e construir uma sociedade mais equitativa e sustentável; “o uso da expressão “Economia Solidária ” está sobretudo centrado na América Latina, onde o conceito de Economia Solidária é sociologicamente mais abrangente e socialmente mais empenhado que o de Economia Social usado na Europa. “ (SÁ, 2017, p.78).

Durante o período da Ditadura Militar, entre os anos 1970 e 1980 na América Latina, surgiu o termo "Economia Solidária" como uma resposta às inúmeras demandas sociais dos trabalhadores e comunidades. Esse movimento, que também teve semelhanças com o cooperativismo, destacou-se pelo seu forte apelo à inclusão social. Ao contrário das formas tradicionais de organização econômica, a Economia Solidária buscou criar alternativas baseadas em relações mais igualitárias e justas. Isso impulsionou o surgimento das primeiras economias populares, que se empenharam em promover a participação ativa de todos os envolvidos, enfatizando a solidariedade e o fortalecimento das comunidades. (MILLER, 2010).

Como também apresenta Souza (2003), no contexto da América Latina, a análise da Economia Solidária está estreitamente relacionada à crise econômica e à

exclusão social. Esse conceito está diretamente ligado ao surgimento de uma economia popular e de questões associadas, a saber: informalidade, desemprego, precarização e marginalização. Essas são condições comuns encontradas no mundo do trabalho desses países.

A compreensão atual acerca da Economia Solidária na América Latina foi desenvolvida por renomados pesquisadores e estudiosos, entre os quais, o sociólogo chileno Luis Razeto, o economista argentino José Luis Coraggio e o sociólogo brasileiro Paul Singer. Seus trabalhos e estudos contribuíram para a definição e compreensão desse conceito na região. (SOUZA, 2003).

Outrossim, para Razeto (1993), a Economia Solidária surge como um processo contínuo e difuso de incorporação de práticas econômicas baseadas na solidariedade, dentro da estrutura econômica existente. Isso implica enxergar a solidariedade como uma força transformadora que atua de dentro da própria Economia, resultando em uma nova lógica econômica.

Em contraponto a esse pensamento, Coraggio (2000) entende que a articulação dos empreendimentos, em um projeto maior para a sociedade, com a preocupação de garantir a viabilidade de sua reprodução, amplia o debate sobre formulações teóricas relacionadas ao desenvolvimento em níveis local e global. Essa abordagem busca promover a transição de uma economia popular para uma economia centrada no trabalho.

É necessário, aqui, esclarecer exatamente o que se compreende por Economia Popular⁶, que abrange a economia dos trabalhadores, suas famílias e comunidades locais. Sua lógica não está voltada à busca ilimitada de lucro, mas sim à garantia dos meios necessários para a reprodução de suas vidas nas melhores condições possíveis. Isso difere, em diversos aspectos, da chamada "economia informal", que é comparada ao setor "formal", composto por empresas capitalistas tradicionais. Essa comparação tende a rotular as atividades comerciais da economia popular como ineficientes. No entanto, a proposta da economia popular é que ela se desenvolva até que se torne uma economia baseada no trabalho, na qual haja uma interação contraditória complementar ao capitalismo, limitando seu poder e obrigando-o a assumir responsabilidades sociais. (CORAGGIO, 2000).

⁶ Na seção 2.2, serão discutidos conceitos da Economia Rural em comparação à Economia Solidária.

A economia popular abarca a maneira como os trabalhadores se organizam quando não conseguem vender sua mão de obra, bem como quando são completamente excluídos das riquezas geradas em sociedade. De acordo com Tiriba (2001), os participantes da economia popular são os indivíduos considerados "marginalizados", pertencentes às classes de baixa renda, que, atualmente, buscam alternativas de trabalho, sejam elas legais ou ilegais.

Para França Filho e Laville (2004), a economia popular abrange uma variedade ampla de iniciativas socioeconômicas, que podem ser mais autossuficientes ou voltadas para fora da própria organização. Essas iniciativas variam desde formas simples de sobrevivência entre os mais pobres, caracterizadas por uma precariedade institucional significativa, até a concepção de modos de organização democráticos.

Em última análise, Souza (2003) conclui que o objetivo não é substituir o sistema capitalista, mas alcançar um sistema composto por três subsistemas: economia pública, empresarial e baseada no trabalho. As abordagens variam, e algumas se concentram em mudanças na regulamentação estatal para promover a formalização do setor. Outras enfatizam a competitividade no mercado e propõem a modernização empresarial, inclusive por meio de empresas associativas. Há, ainda, aquelas que buscam promover valores de solidariedade e reciprocidade de baixo para cima, apoiando iniciativas locais.

Além disso, Singer (2002) ressalta que a Economia Solidária é caracterizada, em oposição ao sistema capitalista, como um sistema econômico baseado nos princípios do direito de propriedade individual sobre o capital e na liberdade individual. Por outro lado, é um modo de produção que se baseia na propriedade coletiva ou associada do capital, com o respeito aos direitos individuais. Como resultado, a solidariedade e a igualdade são valores fundamentais nesse sistema. No entanto, para a garantia da reprodução desses princípios, é necessário implementar mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Após o surgimento em diversos países, no Brasil, o conceito de "Economia Solidária" ganhou destaque e reconhecimento oficial durante os anos 1990, à medida que surgiram iniciativas econômicas fundamentadas na livre associação de indivíduos que se destacavam por sua natureza participativa e por adotarem princípios de cooperação e autogestão. (GAIGER, 2019).

Comungando com esse conceito para o período, Pochmann (2001) explica que, durante os anos 1990, ocorreram várias privatizações de empresas estatais,

incentivadas por políticas neoliberais, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros. Essa estratégia foi interpretada como uma adesão submissa e passiva à globalização, uma vez que o país passou a depender significativamente do mercado internacional.

Do mesmo modo, foram identificados por Lechat (2004) alguns eventos que impulsionaram o conceito de Economia Solidária enquanto política pública⁷, aumentando sua presença nos debates sociais e acadêmicos. A partir da década de 90, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em 1995, ocorreu a formação de uma mesa-redonda cuja finalidade era discutir as diferentes abordagens relacionadas às estratégias com o tema: “Formas de Combate e de Resistência à Pobreza”.

O segundo evento apresentado por Lechat (2004) foi o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). A partir desse encontro, Singer (1998) elaborou um livro no qual destacou que as experiências vividas em fábricas recuperadas e autogeridas por trabalhadores, nas quais eles deixam o sistema assalariado para assumir a gestão de seu próprio empreendimento coletivo, são fruto de uma forte determinação de luta, grande disposição para abrir mão e, acima de tudo, um espírito de solidariedade notável.

Por sua vez, Lechat (2004), seguidamente, apresenta o terceiro evento que estimula a Economia Solidária no contexto brasileiro: em 1996, é realizada a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O último evento abordado por Lechat (2004) foi o seminário Economia dos Setores Populares: entre a Realidade e a Utopia, em 1999, que foi realizado na Universidade Católica de Salvador.

Cada um desses eventos desempenhou um papel fundamental ao estabelecer o reconhecimento da Economia Solidária como um novo conceito a ser explorado cientificamente. Além disso, eles possibilitaram a formação de um grupo significativo de pesquisadores engajados nesse tema. Essas ocasiões também promoveram a troca de ideias e experiências entre diversas organizações sociais e

⁷ O aprofundamento da Economia Solidária e as suas principais políticas públicas e governamentais de fomento serão descritos no capítulo 3.

grupos de pesquisa, o que contribuiu para a consolidação e fortalecimento do campo da Economia Solidária no Brasil. (SILVA, 2015).

Como resultado dessas agendas, em 2003, Cazzuni et al. (2008) apontam que a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) representa um marco histórico significativo para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. Criada durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa iniciativa foi resultado do engajamento popular e teve como principal objetivo combater a desigualdade social e promover a geração de empregos. A Senaes foi estabelecida como parte integrante do Ministério do Trabalho, destacando a importância atribuída a essa área na agenda governamental.

Complementando os estudos, Gaiger (2013) elenca quatro elementos fundamentais no âmbito da Economia Solidária, no contexto do surgimento no Brasil: a) empreendimentos solidários, que englobam atividades mencionadas anteriormente, bem como práticas de consumo coletivo; b) organizações de apoio à Economia Solidária, como ONGs, sindicatos, grupos pastorais e instituições acadêmicas; c) entidades políticas de representação e articulação, incluindo sindicatos, incubadoras de cooperativas populares, gestores públicos e instituições de crédito solidário, com destaque para o Fórum Brasileiro (FBES), que desempenha um papel central nos debates e mobilizações nacionais; d) órgãos estatais responsáveis por programas públicos de Economia Solidária, como a Senaes, estabelecida em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Conselho Nacional de Economia Solidária, criado em 2006, como um órgão de coordenação e formulação de diretrizes para a ação governamental.

Em virtude do exposto, na concepção de Singer (2012), a Economia Solidária surge como uma resposta à necessidade do Brasil no sentido de criar oportunidades de trabalho e renda pela circulação de recursos dentro das comunidades, evitando que eles sejam dissipados para fora da região. Isso promove uma dinâmica econômica que fortalece a multiplicação monetária no desenvolvimento local.

Portanto, conforme apresentado até aqui, a Economia Solidária surge como uma resposta e, ao mesmo tempo, como uma alternativa para o enfrentamento de problemas de natureza socioeconômica, de modo a transformar as relações econômicas e promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

2.2 Definição de Economia Solidária

Inicialmente, para uma compreensão adequada das práticas de Economia Solidária, é essencial repensar o conceito comumente difundido, de fato, econômico, que, exclusivamente, o associa ao mercado e às trocas comerciais. A compreensão da natureza singular dessa economia requer uma abordagem que ultrapasse essas concepções tradicionais de economia de mercado. (FRANÇA FILHO, 2007).

A Economia Solidária objetiva mudar a dinâmica do capitalismo, que tende a concentrar a riqueza material nas mãos de poucas pessoas, enquanto a maioria vive em condições precárias e depende de assistência pública para suprir suas necessidades mais elementares. Dessa forma, a Economia Solidária busca promover a justiça social, valorizando o trabalho coletivo e solidário, e garantindo que todos tenham acesso aos recursos necessários para viver com dignidade. (SINGER, 2002).

Nesse sentido, Gaiger (2018) conceitua a Economia Solidária como uma forma de estruturar a produção, distribuição e consumo, com base na equidade dos direitos e responsabilidades de todos os envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários.

A fim de obter uma compreensão completa com relação à Economia Solidária, é essencial reconhecer a existência de algumas abordagens teóricas que fundamentam essa forma de organização socioeconômica. Essas abordagens podem abranger uma variedade de atividades, tais como: produção, venda, troca, prestação de serviços, acesso a crédito e serviços financeiros, além do uso e consumo coletivo de bens. (IPEA, 2016).

A Economia Solidária é apresentada, segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) (2009), como uma alternativa para a classe trabalhadora frente às alterações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos. São milhares de organizações em conjunto, sob forma de autogestão, as quais realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, Laville (1994) complementa com a ideia de que a Economia Solidária se caracteriza como um conjunto de atividades econômicas cujo sentido é distinto tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Assim, ela propõe um modelo organizacional e solidário de um modo de qualidade de vida, sem exploração do pensamento individualista. É evidente que ela não resolve os

problemas sociais já existentes, porém pode auxiliar a mobilização de uma causa para a resolução de um desses.

Singer e Souza (2002, p.10) apresentam o conceito de Economia Solidária com abordagem de cooperativas:

Nesta medida, a economia solidária baseia-se na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante, e seu avanço não estaria inteiramente subordinando ao apoio institucional e financeiro do Estado. (Singer e Souza, 2002, p. 10).

Todavia, França Filho e Laville (2004), por sua vez, percebem a Economia Solidária a partir de uma abordagem do homem voltado à ciência, indicando as possibilidades de uma ressignificação do sentido do agir econômico diante da sociedade. Esses autores a veem como uma nova forma de operar a economia, por meio de subsídios com a compreensão de um novo movimento social, em especial a crise generalizada do emprego.

Gaiger (2003) tem uma visão mais analítica acerca da Economia Solidária, sobretudo com relação ao surgimento e manutenção dos empreendimentos de forma social, a partir de uma perspectiva da organização dos trabalhadores e dos fatores que a cercam.

Desse modo, a Economia Solidária representa uma abordagem alternativa na forma como produzimos, vendemos, compramos e trocamos o que necessitamos para viver. Nesse contexto, não há exploração de outras pessoas, nem a busca por vantagens individuais, e o cuidado com o meio ambiente é uma preocupação constante. (BRASIL-MTE, 2015).

Singer (2002) e Gaiger (2011) destacam que um dos elementos mais significativos da Economia Solidária é o seu enfoque em promover e valorizar organizações socioeconômicas que possuem uma lógica própria. Diferentemente de abordagens tradicionais, essa economia não vê as pessoas como opostas à eficiência econômica, o capital ao trabalho ou a ação empreendedora à solidariedade. Ao contrário, busca integrar esses elementos de forma harmoniosa e colaborativa, reconhecendo a importância tanto da prosperidade econômica quanto dos valores solidários.

De igual modo, a própria expressão "Economia Solidária" representa uma mudança semântica inovadora, pois busca conciliar dois elementos que, dentro do

sistema produtivo atual, são considerados opostos: a economia, que é capitalista, e a valorização da solidariedade. (WELLEN, 2012).

Dentre as principais características que compõem os empreendimentos solidários, Singer (2002) elenca o cooperativismo, a autogestão, a solidariedade e a geração de renda. Essa abordagem econômica tem sido cada vez mais adotada em diversos países, como forma de promover a inclusão social e econômica de grupos historicamente marginalizados.

De acordo com alguns estudiosos, a Economia Solidária não se baseia em uma estratégia única, como a criação de empregos, o direito à renda ou a distribuição do trabalho. Ela emerge, de outro modo, como um elemento que pode ser abordado por meio de diferentes estratégias, as quais incluem a distribuição equitativa do emprego, a não diferenciação das formas de trabalho e a ampliação das possibilidades de trabalho. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

O conceito mais básico para entendermos a autogestão é apresentado por Mothé (2009) como um modelo de organização baseado na democracia direta, no qual os indivíduos participam de forma voluntária, sem receber remuneração e sem depender de intermediários, para discutir todas as questões relevantes em assembleias. Os defensores da autogestão são apresentados por duas linhas, a saber: os políticos e alternativos. Mothé (2009) caracteriza os políticos em uma perspectiva diversa no que se refere à democracia direta e à autogestão. Algumas opiniões afirmam que a ampliação da participação direta nas instituições é um programa de transformação política com traços socialistas. Nesse sentido, há os defensores de abordagens maximalistas revolucionárias, que almejam uma sociedade totalmente autogerida, e os reformistas, que buscam aprimoramentos por meio de uma maior participação dos cidadãos nas tomadas de decisão.

Na corrente dos adeptos do movimento alternativo, estão, especialmente, profissionais engajados em estabelecer e concretizar espaços de autogestão restritos e específicos, no presente e localmente, abrangendo áreas como produção, consumo, cultura, educação, integração comunitária, bairros e moradia. (Mothé, 2009).

Ainda dentre os fundamentos, Cattani *apud* Singer (2003) expõem a autogestão na Economia Solidária como a busca da completa igualdade dentro das organizações. Quando se trata de uma organização produtiva, como uma cooperativa ou associação agrícola, extrativa ou industrial, o capital é compartilhado de forma equitativa entre todos os membros. Isso garante que todos tenham os mesmos direitos

de participação nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diferentes setores administrativos da organização.

A Economia Solidária, conforme descrita por Singer (2002), é baseada no princípio da autogestão dos trabalhadores, ou seja, eles próprios têm o controle e a responsabilidade pela gestão e tomada de decisões nos empreendimentos econômicos solidários. Nesse modelo, a tradicional hierarquia entre empregador e empregado é substituída por uma estrutura em que todos têm participação ativa e voz na administração das atividades produtivas. A prática da autogestão promove a igualdade, a cooperação e o engajamento dos trabalhadores, contribuindo para a construção de uma economia mais solidária e democrática.

Segundo Laville (2006), a abordagem econômica substantiva se fundamenta na ideia de redistribuição, em que os recursos são distribuídos por meio de um poder central, além da reciprocidade e da gestão doméstica, perspectivas já apresentadas nos conceitos de Polanyi (2000). Esses elementos promovem a produção e o fluxo de bens e serviços, priorizando o fortalecimento dos laços sociais em detrimento do foco no mercado.

Em outros termos, a Economia Solidária é reconhecida como um movimento social que promove a participação autogestionária no trabalho e na produção, por meio de interações colaborativas. A cooperação entre os indivíduos é fundamental para alcançar não apenas resultados financeiros, mas também um desenvolvimento humano sustentável. (SINGER, 2002).

Com o objetivo de tornar o enfoque no coletivo cada vez mais atraente para os indivíduos, surge esse movimento que promove interesses na esfera social, ao demonstrar as vantagens de se associar em contraposição ao individualismo capitalista. Como evidenciam Jesus e Tibira:

Talvez se possa afirmar, contudo, que os motivos que movem à cooperação tanto podem ser de natureza individual como podem ser relacionados com o interesse geral ou coletivo: quando alguém decide integrar ou participar de uma cooperativa ou de qualquer empreendimento solidário, o faz por razões ou motivos pessoais/individuais (sozinho(a) não teria condições de montar um empreendimento, por exemplo) e por razões coletivas (a consciência que está oportunizando renda, no caso de uma cooperativa, por exemplo, para o grupo de pessoas que integra o empreendimento) (JESUS E TIBIRA apud CATTANI, 2003, p.49).

Portanto, esses empreendimentos coletivos oferecem uma variedade de abordagens de economia alternativa, que se diferenciam da lógica mercantil do capitalismo. No entanto, Singer (1998) ressalta que o cooperativismo e a Economia

Solidária não são equivalentes, pois há formas dessa economia que não se encaixam nos mesmos fundamentos, mesmo que apresentem similaridades.

A economia solidária não é uma panaceia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao lado do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos de mercado, a limitação - mas não a eliminação- destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas entre produtores e consumidores. O projeto cooperativo já é antigo, ele foi originalmente concebido como alternativa ao capitalismo industrial. Foram inúmeras as tentativas de colocá-los em prática. (SINGER, 1998, p. 10).

A outra característica do cooperativismo apresentada, dentro da lógica da exclusão social, na visão de Singer (2002), é que o novo cooperativismo consiste na ênfase nos princípios de solidariedade e igualdade dentro dos empreendimentos, com a priorização da autogestão e a rejeição, mais uma vez, ao sistema de trabalho assalariado.

Nesse sentido, quando se trata dos mecanismos, como a solidariedade, Rocha (2019) reflete que à medida que existe a necessidade de diferenciação dos conceitos de "solidariedade" e "economia", é possível estabelecer uma distinção na forma como os trabalhadores interagem entre si e com o mercado, incluindo clientes e fornecedores. O espaço das relações solidárias é caracterizado pela colaboração e pelo respeito mútuo, enquanto o segundo espaço é reservado a comportamentos agressivos, concorrência e competição. A solidariedade desempenha um papel essencial no reconhecimento e no orgulho das conquistas históricas da classe trabalhadora, o que contribui para a preservação e valorização dessas realizações.

Na análise de Gaiger (2014), a solidariedade presente nos empreendimentos solidários é fundamentada, notadamente, na partilha dos recursos de produção, na participação ativa dos membros na gestão diária, na aplicação de princípios de justiça e na participação das organizações e entidades representativas em movimentos e ações sociais. Esses elementos sustentam a base solidária dos empreendimentos e fortalecem o vínculo entre seus membros; promovem, desse modo, uma abordagem colaborativa e equitativa na tomada de decisões e no compartilhamento de benefícios.

Para Lisboa (2004), a solidariedade desempenha um papel fundamental ao facilitar a troca de informações e estabelecer conexões entre as pessoas, trazendo benefícios para toda a comunidade. Na era da informação, a inteligência, a riqueza e o poder são cada vez mais resultados coletivos, surgindo do compartilhamento, e não somente da posse individual.

Segundo os adeptos desse projeto social, a "Economia Solidária" tem como objetivo ultrapassar o sistema de produção capitalista, substituindo-o por uma nova estrutura social. Isso seria alcançado por meio de um processo gradual e transformador, ocupando gradualmente os espaços deixados pelo modo de produção capitalista. (WELLEN, 2012).

Logo, podemos entender que, ao priorizar a solidariedade em detrimento da competição, a Economia Solidária visa não apenas à geração de renda e trabalho, mas, sobretudo, melhoria de vida na comunidade, com a construção de uma sociedade mais igualitária.

Entre outras dimensões, iremos aprofundar a discussão de conceitos análogos para o esclarecimento de aspectos que contribuem para a compreensão da Economia Solidária como uma outra configuração de economia. Dessa forma, acrescenta outras dimensões, além da econômica, às práticas de economia social, economia solidária e economia popular, ressaltando aspectos identitários, históricos e culturais que remetem à preocupação em como os sujeitos se situam nesses processos.

Primeiramente, o conceito de "economia social" é aplicado, inclusive do ponto de vista jurídico, para abranger um conjunto de quatro tipos fundamentais de organizações: cooperativas, organizações mutualistas, fundações e algumas formas de associação de grande porte. (FRANÇA FILHO, 2002).

Nas palavras de Coraggio (2000, p.1), "a economia social é aquela em que seus agentes não estão separados de suas identidades sociais, nem de sua história, nem de sua cultura".

Por conseguinte, a economia social pode ser descrita de duas formas principais, sendo a definição mais precisa uma combinação de ambas. A primeira abordagem envolve a identificação das principais formas jurídicas ou institucionais das iniciativas presentes na economia social, incluindo empresas cooperativas, sociedades mutualistas, organizações associativas e fundações. A segunda abordagem se concentra nos traços comuns compartilhados pelas empresas e organizações que compõem a economia social. Em resumo, a economia social é caracterizada por essas formas jurídicas e institucionais, bem como pelos traços comuns encontrados em suas empresas e organizações. (DEFOURNY, 2009).

Sobre os quatro principais princípios da economia social, Dephorney (2009) apresenta a seguir:

- a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário;
- b) autonomia de gestão;
- c) controle democrático pelos membros;
- d) primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes. (DEFOURNY p.158).

Dentro da economia social, há uma tendência de oposição às grandes organizações tradicionais em favor de uma "nova economia social" ou "economia solidária" emergente. Essa nova economia social é vista como portadora de inovações sociais e uma abordagem democrática para lidar com questões atuais, como desenvolvimento local, revitalização de comunidades carentes, assistência a pessoas vulneráveis, comércio justo, finanças éticas, agricultura sustentável e integração profissional de grupos desfavorecidos. DEFOURNY (2009)

Decerto, a economia social e solidária se destaca como uma abordagem contemporânea e alternativa, ao demonstrar sua capacidade de garantir a subsistência e aprimorar os processos de criação e distribuição de bem-estar, sem sobrecarregar os recursos humanos e naturais que os sustentam. Essa natureza sustentável e equilibrada da economia social e solidária é fundamental para sua relevância e aceitação como um caminho viável para promover o desenvolvimento socioeconômico de forma responsável. (GAIGER, 2014).

A abordagem da "economia social" revela, de maneira mais precisa, como os elementos dessa economia estão fundamentados em uma matriz histórica com fortes vínculos ao modelo social europeu. (Defourny e Develtere, 1999). Na América Latina, especialmente, há um grupo de economistas e sociólogos que se dedicou ao desenvolvimento de novas abordagens e interpretações com relação ao significado das iniciativas econômicas dos setores populares. Essas perspectivas levaram ao surgimento do conceito de economia popular, o qual foi adotado por diversos autores em diferentes partes do mundo, incluindo alguns países europeus. (ICAZA E TIRIBA, 2009)

De acordo com Razeto (1993), a economia popular é um fenômeno abrangente que se observa nos países latino-americanos, presente em unidades econômicas que são conduzidas de forma individual, familiar ou em grupos. Nesses casos, os atores envolvidos têm pouco ou nenhum capital à sua disposição.

Nesse sentido, Tibira (2001) reforça que, diante das modificações do mundo contemporâneo no último século, a diversificação de atividade econômica

classificada como economia popular não é necessariamente uma alternativa de sobrevivência, porém é algo fruto do próprio processo capitalista.

Logo, Icaza e Tibira (2009) apresentam duas vertentes que distinguem a economia popular e economia informal, haja vista que a economia informal, conhecida como setor informal das organizações, é caracterizada por diversos elementos, como a ilegalidade, o pequeno porte das atividades, a baixa produtividade do trabalho, a dependência de tecnologias intensivas em mão de obra e o baixo nível de qualificação dos trabalhadores, entre outros aspectos relevantes. Essa forma de economia é frequentemente associada a um conjunto de atividades que se encontram, em termos essenciais, à margem do que é considerado o "setor moderno" da economia capitalista. A economia informal desempenha um papel compensatório nas sociedades em desenvolvimento, atuando como uma resposta às crises ou inadequações do sistema capitalista; dessa forma, esses empreendimentos poderiam superar os seus limites com a devida orientação.

Prosseguindo com a ideia de economia informal, na visão de Icaza e Tibira (2009), a economia popular é explicitamente relacionada a uma lógica distinta das atividades econômicas presentes nas camadas populares, baseada em uma racionalidade que permeia as relações sociais. Nessa conjuntura, a economia popular abrange uma variedade de atividades, incluindo o trabalho doméstico, que têm como objetivo garantir o sustento de um grupo social, sem a presença da mercantilização do trabalho.

Para Cattani (2003), as circunstâncias enfrentadas pelos trabalhadores fizeram com que surgissem empreendimentos que constituem a Economia Popular, tais como mercados populares, grupos de produção comunitária, associações, cooperativas, entre outros. Esses empreendimentos eram caracterizados por serem iniciativas informais e individuais, e organizados por grupos pequenos e/ou familiares.

Coraggio (2016) afirma que a base da organização econômica popular é a unidade familiar, em que a motivação está em garantir a reprodução dos seus membros, mostrando ser mais eficiente do que quando utilizada em prol do capital. Portanto, o saldo monetário é almejado apenas de forma suficiente para os gastos familiares e a garantia de vida digna coletiva. Valendo salientar que, neste escopo, integram-se atividades não usualmente consideradas econômicas como o trabalho doméstico e a produção para o autoconsumo, mas que são essenciais para a

manutenção da unidade familiar, o que transfere nesta lógica, o mesmo peso de uma atividade econômica.

Neste sentido, Razeto (1993, p. 36- 37) identifica a economia popular com seis tipos de atividades e empreendimentos, abaixo:

- 1) Soluções assistenciais, como mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência orientados a setores de extrema pobreza, etc.;
- 2) Atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas;
- 3) Iniciativas individuais não estabelecidas e informais, como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, coletores e vendedores de sucata, etc.
- 4) Microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios, como bares, birosacas, etc. (geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família);
- 5) Organizações econômicas populares: organização de pequenos grupos que buscam, associativa e solidariamente, encarar os problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos e geralmente potencializados por agentes externos (paróquias, comunidades, sindicatos, partidos, etc.).
- 6) Comunidades Quilombolas são comunidades remanescentes dos escravos negros que fugiram das propriedades que os exploravam para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos. (RAZETO, 1993, p. 36-37).

Sendo assim, a economia popular representa o ponto de partida socioeconômico das práticas de economia social orientadas à institucionalização de uma economia do trabalho.

No entanto, a economia popular para Coraggio (2000) é a coexistência de uma economia real existente e uma economia pública em busca de maior democratização pode formar a fundação de um sistema de economia do trabalho, que tem o potencial de representar e fortalecer de forma efetiva os esforços por uma sociedade mais igualitária, justa e autodeterminada, que busca melhorar a qualidade de vida para todos.

Em suma, os conceitos apresentados até aqui da economia solidária enquanto um movimento socioeconômico que visa estabelecer um modelo de produção além do capitalismo, reunindo indivíduos com objetivos políticos, econômicos e sociais semelhantes por meio de atividades caracterizadas por aspectos sociopolíticos, como comércio justo, igualdade racial e de gênero, finanças solidárias, consumo responsável e democracia. Ao compreendermos melhor os conceitos dos processos envolvidos e princípios da economia solidária, fica evidente sua importância como elemento central na agenda de políticas públicas no contexto do Estado.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Nesta seção, será apresentada a Economia Solidária, como uma estratégia de crescimento direcionada a uma população historicamente marginalizada ou que tem experimentado um aumento progressivo em sua pobreza e exclusão social, requerendo medidas e ações transversais para que conectem os recursos de várias esferas governamentais e estatais (como educação, saúde, meio ambiente, emprego, moradia, desenvolvimento econômico, geração de renda, com crédito e financiamento, entre outras), a fim de criar um ambiente verdadeiramente favorável à autonomia. Assim, é fundamental que a Economia Solidária seja incorporada nas mais diversas áreas do planejamento, execução e avaliação.

Neste contexto, será discutido como as políticas públicas governamentais voltadas para o setor da Economia Solidária estão em estágio inicial de desenvolvimento no país. Ao observar que o movimento é relativamente novo, iniciada a sua articulação apenas durante o Fórum Social Mundial no final dos anos 90.

3.1 Economia Solidária e o Desenvolvimento Econômico: o papel do Estado

Para que a Economia Solidária atinja seu pleno desenvolvimento, é fundamental reconhecer o papel essencial do Estado no progresso econômico, incumbindo-lhe a tarefa de conceber e implementar políticas que impulsionam o avanço. Como afirma Borinelli (2010), o mercado, por si só, não possui a capacidade inata de gerar as condições necessárias para a superação da pobreza. É necessário o envolvimento e intervenção ativa do Estado, desempenhando um papel crucial ao facilitar o acesso aos recursos essenciais para superar essa situação.

Diante desse cenário, Schiochet (2009, p. 289) conceitua que “política pública é a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações”, podendo ser entendida de duas perspectivas. Como área de estudo com análises ou o próprio objeto de estudo dessas políticas. (SCHIOCHET, 2009)

De acordo com Souza (2006), essa discussão coloca o governo em prática ao mesmo tempo que realiza a análise da ação. O autor destaca que, a formulação de políticas públicas representa o estágio em que governos democráticos

transformam seus objetivos e plataformas eleitorais em programas e ações concretas, envolvendo diferentes níveis de decisão e diversos atores, que resultarão em mudanças reais no mundo. Ou seja, uma política pública refere-se ao que o governo planeja fazer e o que efetivamente realiza.

Dessa forma, a implementação de políticas públicas destinadas a impulsionar a Economia Solidária, estabelecidas como direitos duradouros, faz parte da construção de um Estado democrático e republicano. Nesse sentido, o Estado precisa reconhecer a existência desses novos atores sociais, dos novos direitos de cidadania e das novas formas de produção, reprodução e distribuição social. Além disso, é necessário facilitar o acesso aos recursos e bens públicos para o desenvolvimento da economia solidária, da mesma forma que é concedido a outros setores sociais. O papel do Estado em relação à economia solidária é impulsioná-la e apoiá-la por meio de políticas públicas que disponham de ferramentas e mecanismos adequados para reconhecer e promover esse segmento (GUIMARÃES; SCHWENGBER, 2004).

Sendo assim, compreendemos as políticas públicas como o conjunto de iniciativas coletivas destinadas a assegurar os direitos dos indivíduos, em que o Estado e a sociedade estabelecem um compromisso conjunto para enfrentar desafios específicos. (KAPRON; FIALHO apud CATTANI, 2003).

Na esfera da atuação estatal, a reorganização em resposta à crise da acumulação de capital resultou na implementação de políticas públicas que direcionaram cada vez mais recursos públicos para o setor financeiro, ao mesmo tempo em que diminuem a responsabilidade estatal em relação às questões sociais. O chamado "Estado mínimo" foi, na verdade, um Estado que minimiza os benefícios para o capital, transferindo recursos da sociedade para um setor econômico predominantemente estrangeiro, enquanto reduz o atendimento aos direitos do povo e a elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional. (SCHIOCHET, 2009).

No entanto, é importante considerar que as políticas estatais que visam compensar a desigualdade por meio de transferência direta de renda têm efeitos imediatos, porém, quando essas medidas são retiradas, os beneficiários retornam à sua situação original. Por isso, é necessário que essas políticas sejam acompanhadas por ações estruturais, como investimentos em educação, regularização fundiária, acesso a microcrédito e melhoria da infraestrutura. Essas medidas geralmente têm impactos mais duradouros. (BORINELLI, 2010).

De acordo com Singer (2004) cabe ao Estado, enquanto representante democrático da sociedade, utilizar mecanismos como a tributação da renda, propriedade e transferências do tesouro público aos menos favorecidos, a fim de combater a desigualdade econômica. Além disso, é responsabilidade do Estado intervir nos mercados para evitar a dominação por parte de determinadas empresas. “O Estado Solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue [...]”. (SINGER, 2004, p. 12).

Nesse sentido, o Estado concede o espaço para deixar “de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento”. (BRASIL, 1995, p. 12).

Para uma ampla implementação dessas iniciativas, é fundamental compreender de forma clara o papel do Estado em todas as esferas governamentais, incluindo sua inserção e as estratégias necessárias para a elaboração e implementação de políticas públicas que permitam um realinhamento efetivo do processo de desenvolvimento econômico e social. (SILVA, 2009).

Lee (2019) apresenta a relevância de identificar as restrições e obstáculos específicos em cada contexto local, bem como ressalta-se a necessidade de os responsáveis pela formulação das políticas públicas de economia solidária reconhecerem tais questões. É fundamental que haja um arcabouço legal que respalde a consecução dos objetivos sociais e ambientais almejados.

Não obstante, para Cruz (2005), quais sejam os propósitos de uma política pública destinada a promover o desenvolvimento da economia solidária, é imprescindível considerar as condições fundamentais para a sustentabilidade dos empreendimentos. Essas condições, englobam a avaliação da viabilidade econômica, que envolve a análise da realidade e das potencialidades do empreendimento diante do mercado em que está inserido, seja local, nacional ou internacional, além da coesão interna do grupo e da capacidade de autogestão para enfrentar futuros desafios. O autor argumenta que as políticas devem ser concebidas de maneira a potencializar esses elementos dentro das iniciativas, garantindo sua abordagem simultânea e fortalecendo a economia solidária de forma efetiva.

O período da década de 1980 foi marcada por estagnação econômica e inflação elevada, o Brasil adotou nos anos 1990 uma série de reformas pró-mercado

impulsionadas pela ideologia neoliberal⁸. A implementação do Plano Real, que visava controlar a inflação, não conseguiu promover uma recuperação econômica sustentável aos níveis anteriores. Nesse contexto, surgiram contradições decorrentes da industrialização, modernização agrícola, desigualdade de renda, concentração de terras e exclusão social, entre outros fatores. Essas questões indicavam que o desafio enfrentado pelo país não se limitava apenas à distribuição de renda, embora essa fosse um fator central nos conflitos sociais. A partir dos anos 1990, os erros nas opções estratégicas tornaram-se cada vez mais evidentes, assim como a incapacidade da política neoliberal em impulsionar o desenvolvimento necessário para superar o atraso vivenciado pelo país. (DINIZ, 2006).

Nesse período a Economia Solidária cresceu como uma resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mercado de trabalho, servindo como uma alternativa ao discurso neoliberal do empreendedorismo individualista. Em um cenário de alto desemprego e fechamento de fábricas, uma parte do movimento sindical urbano passou a apoiar várias iniciativas de recuperação de empresas por meio da autogestão dos trabalhadores. Nesse contexto, surgiram as primeiras iniciativas governamentais municipais e estaduais de apoio e estímulo à economia solidária, impulsionando ainda mais o seu desenvolvimento, para propiciar melhoria na distribuição da renda, e contribuindo na resolução de vários problemas sociais. (SILVA, 2009).

Em síntese, para Barbosa (2007) a Economia Solidária está intimamente ligada ao movimento social e às narrativas anticapitalistas, apresentando uma abordagem diferenciada do trabalho. No entanto, há controvérsias quanto aos argumentos e estratégias adotados pelos atores políticos envolvidos. A Economia Solidária reflete as tendências atuais em programas de geração de renda, em linha com a reestruturação produtiva e a flexibilização das proteções sociais.

Nesse sentido, o melhor caminho para promover o desenvolvimento de uma região é descobrir e valorizar a sua cultura, a tradição, sua história e os aspectos físicos e naturais, e por isso, não há modelos únicos. Mas, apesar das potencialidades

⁸ Uma nova corrente econômica passou a predominar no mundo ocidental, substituindo o keynesianismo, essa abordagem ficou conhecida como neoliberalismo, uma versão atualizada e adaptada do liberalismo econômico, adequada aos desafios do capitalismo globalizado e da produção flexível. (BRAVO e PEREIRA, 2002)

intrínsecas das comunidades, a estratégia de desenvolvimento local também tem suas fragilidades (BORINELLI, 2010).

Portanto as políticas públicas de economia solidária são caracterizadas como uma resposta à crise no mercado de trabalho, assim como uma postura adotada pelos trabalhadores e pela sociedade civil em oposição aos impactos decorrentes do processo de acumulação de capital. (OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, as políticas públicas de economia solidária podem ser uma frente de luta importante na democratização e na construção de um Estado republicano no Brasil, assim como são as lutas pela reforma agrária, pela educação pública de qualidade e tantos outros importantes na nossa história antiga e recente. (SCHWENGBER, 2007).

Schwengber (2007) apresenta uma lista com seis aspectos que considera de suma importância para a efetividade da elaboração de políticas públicas para a Economia Solidária, são elas: 1) educação e capacitação profissional, 2) suporte e orientação técnica para os arranjos produtivos solidários, 3) desenvolvimento e acesso a tecnologias apropriadas, 4) crédito e microfinanciamento, 5) organização da demanda (por meio de compras governamentais e mercado) e oferta (logística e infraestrutura) de produtos, e 6) estabelecimento de um arcabouço legal e regulatório para o setor.

No entanto, Schiochet (2009) complementa que a economia solidária, enquanto política pública, é moldada pelos contextos históricos em que surge. No contexto europeu, ela pode ser compreendida como uma tentativa de redefinir o papel do Estado (governo) para assegurar a coesão social e a proteção com base em novas formas de solidariedade, em resposta à crise da sociedade baseada no emprego assalariado e às transformações atuais dos desafios sociais.

Como também para Coraggio (2007) por exemplo, constata que programas governamentais de apoio a formas cooperativas e autogestionadas e a redes de empreendimentos familiares podem ser caracterizados meramente como integradores dos pobres ao mercado excludente. “Estes programas não são efetivamente uma nova política econômica senão uma política social focalizada nos pobres com uma nova matriz de sentido: integrá-los como trabalhadores autônomos ao mesmo mercado que os excluiu” (CORAGGIO, 2007, p. 57).

Logo, a Economia Solidária e as políticas públicas que a impulsionam no contexto do Brasil estão intrinsecamente ligadas à sociedade brasileira como um todo,

sua cultura política, contexto socioeconômico, conquistas e contradições e instituições. Assim, é importante ressaltar que seu espaço de atuação não é isolado ou idealizado, e seu alcance não se baseia em especulações. (SCHWENGBER, 2007).

As experiências no campo da economia solidária se envolvem de diversas maneiras com o Estado, por meio de políticas públicas que contam com instrumentos e mecanismos apropriados para reconhecer e fortalecer essa área. No entanto, enfrentam-se diversos desafios na busca pela construção dessas políticas e sua inclusão nos planos de investimento público. As políticas sociais, de forma geral, costumam ser fragmentadas e têm dificuldade em superar o nível básico de subsistência ou compensação, não conseguindo se estabelecer como direitos de cidadania e como parte de estratégias de desenvolvimento para o país. (GUIMARÃES, 2004).

Favareto (2004) tanto as empresas tradicionais quanto as cooperativas estão profundamente condicionadas pelas estruturas políticas existentes. No entanto, no caso dos empreendimentos solidários, essa dependência é ainda mais significativa, pois esses grupos geralmente surgem em contextos de extrema precariedade e possuem pouca familiaridade com a organização de negócios e a competição no mercado.

Além do cooperativismo, a economia solidária tem como princípio fundamental a solidariedade. Isso significa que a solidariedade é gradualmente e de forma significativa integrada nas atividades, organizações e instituições econômicas, tanto em nível empresarial como nos mercados e nas políticas públicas. (Rocha, 2009)

Nesse contexto, a quando tratamos da participação do pluralismo jurídico comunitário⁹, liderado por novos grupos coletivos de normas, pode entrar em conflito com o sistema jurídico estatal. Esse conflito é impulsionado pela atual lógica neoconservadora de privatização e redução da democracia, que tem como base a concepção neoliberal do Estado Mínimo. Essa concepção enfraquece a esfera social e reprime os grupos coletivos de direito que desafiam a lógica predominante de financeirização. Movimentos sociais, como o dos sem terra na luta pela democratização da terra, ou movimentos urbanos que buscam a socialização ou

⁹ O pluralismo jurídico comunitário participativo é considerado uma abordagem democrática que busca fomentar e incentivar a participação ativa de diversos setores populares e novos grupos coletivos fundamentais. Wolkmer (2007).

coletivização da produção, são exemplos de grupos contestadores que enfrentam uma ampla repressão. (PRAXEDES, 2009)

Neto (2010), propõe uma relação convergente entre o a existência do comunitário participativo e a economia solidária. A crítica apresentada é que não há uma única forma de direito estatal e comunitário, pois para ele o pleno desenvolvimento da economia solidária, é necessário estabelecer um novo arcabouço jurídico que possibilite distinguir claramente essa forma de organização das abordagens conservadoras presentes no terceiro setor, como é o caso da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e do cooperativismo empresarial. Essas últimas são respaldadas pelo pluralismo jurídico neoliberal, cujo objetivo é reduzir os gastos sociais do Estado, enfraquecer suas políticas públicas, retirar direitos dos trabalhadores e promover a criação de pseudo-cooperativas, que visam terceirizar e precarizar o trabalho, favorecendo o mercado transnacional. É necessário estabelecer um marco jurídico que se adeque a realidade da economia solidária, com os valores de autogestão, solidificando a pluralidade do direito com as organizações dos empreendimentos solidários.

Quando se entende que a ética e a democratização são promovidas através da autogestão nas formas de produção da economia popular e solidária, incluindo o cooperativismo popular autêntico, que se preocupa com a produção e o consumo éticos. Essas são as únicas maneiras viáveis de alcançar uma sociedade sustentável. (BORINELLI, 2010)

Em consequência disso, Lima (2009) afirma que a proliferação de cooperativas sob supervisão empresarial, apoiadas por políticas governamentais, levou à terceirização em vários setores. Algumas brechas na legislação permitiram a terceirização por meio de cooperativas sem impor ônus às empresas. No entanto, com a fiscalização do Ministério Público resultou no fechamento de algumas cooperativas ou sua transformação em empresas convencionais. Outras cooperativas conseguiram se regularizar, garantindo fundos de reserva e remuneração justa para os trabalhadores.

Sobre as cooperativas de trabalho e produção industrial, estas são vistas como alternativas de renda em um mercado de trabalho segmentado e informal. No entanto, algumas cooperativas de intermediação de mão-de-obra exploram as condições precárias de trabalho visando apenas reduzir os custos empresariais. É necessário fortalecer a fiscalização para evitar abusos e adequar a legislação às

formas não assalariadas de organização do trabalho, de modo a distinguir claramente o trabalho associado do assalariado e evitar a precarização das cooperativas. (LIMA, 2009)

Essa busca envolve a busca por um Estado renovado, com ênfase na democratização, que só pode ser alcançada por meio da diversificação das esferas jurídicas promovida pelos movimentos sociais. Isso implica na superação do modelo conservador de única fonte de direito jurídico, imposto de forma hierárquica para fortalecer a dominação legal e racional em favor das elites ou classes dominantes, no sentido de supremacia do direito estatal. (NETO, 2010)

Quadro 1 - Formas de apresentação da Economia Solidária - tipos de organização

Ano de início do Empreendimento	Troca de Produtos ou Serviços	Produção	Comercialização ou Organização da Comercialização	Prestação do Serviço ou Trabalho a Terceiros	Poupança, Crédito ou Finanças Solidárias	Consumo, uso Coletivo de Bens e Serviços pelos Sócios	Total de Sócias e Sócios (mulheres + homens)
2021	0	0	4	0	0	0	8
2020	20	33	15824	29	0	0	15910
2019	296	569	797	207	10	73	1960
2018	92	1664	1002	104	4	24	2901

Fonte: Elaboração da autora (2023).

A fim de reconhecer algumas das características da Economia Solidária, é crucial considerar diversas áreas nas atividades econômicas, incluindo a criação de produtos e serviços, a distribuição, o consumo e as finanças, bem como as trocas solidárias. No quadro 1, é possível as diversas formas como a Economia Solidária é apresentada, desta foram essas atividades são planejadas e executadas de forma colaborativa e autogerida por trabalhadores e trabalhadoras em um contexto coletivo. (BRASIL, 2004)

Como já apresentado, a Economia Solidária dispõe de algumas formas de iniciativa, como: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, com os valores de cooperação, democracia, autogestão e sustentabilidade. No âmbito nacional criou-se o programa Economia Solidária em Desenvolvimento (SENAES, 2007), o programa desempenha um papel fundamental na coordenação de iniciativas e serve como um ambiente propício para a adoção de tecnologias sociais. Seus objetivos são: a) mapear e aumentar a visibilidade dos empreendimentos autogeridos e da Economia Solidária no Brasil; b) capacitar os indivíduos envolvidos na

implementação de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária e a autogestão; c) promover a Economia Solidária entre os empreendimentos autogeridos; d) facilitar a troca de experiências e reflexões sobre temas relacionados entre os empreendimentos; e) contribuir para a organização da autogestão na geração de emprego e renda para os trabalhadores. E o público alvo pode ser considerado todos os empreendimentos que queiram se organizar ou que queiram se organizar. (AIUB et al., 2008)

A elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a economia solidária e a economia social possibilitam a ampliação dos espaços de interação entre o Estado e a sociedade organizada, indo além das fronteiras da atuação estatal. Isso é alcançado por meio do estabelecimento de parcerias entre instituições governamentais, organizações da sociedade civil (como ONGs), igrejas, universidades, institutos de pesquisa e centrais sindicais. (KAPRON E FIALHO apud CATTANI, 2003; p: 215).

Destaca-se a necessidade premente de promover um debate abrangente acerca das políticas públicas direcionadas à economia solidária. Enquanto no âmbito da economia convencional há estabelecimento de metas de inflação e equipe responsável, na esfera social, tal abordagem não é adotada, resultando na ausência de metas governamentais e indicadores efetivos do real contexto vigente. Para conferir autonomia aos indivíduos marginalizados pelo sistema capitalista, é a economia solidária que se apresenta como catalisadora, não sendo incumbência exclusiva da igreja ou do Estado. Entretanto, para concretizar tal propósito, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas abrangentes e visionárias. POCHAMANN (2001).

Nesse sentido, o melhor caminho para promover o desenvolvimento de uma região é descobrir e valorizar a sua cultura, a tradição, sua história e os aspectos físicos e naturais, e por isso, não há modelos únicos. Mas, apesar das potencialidades intrínsecas das comunidades, a estratégia de desenvolvimento local também tem suas fragilidades (BORINELLI, 2010)

3.2 Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária

Para enfrentar os desafios apresentados até aqui e impulsionar a economia solidária como uma alternativa de desenvolvimento por meio da geração de renda, é essencial reconhecer o papel crucial das políticas públicas nesse contexto. Apresentaremos como elas desempenham um papel fundamental e têm um impacto significativo, em promover e fortalecer a economia solidária.

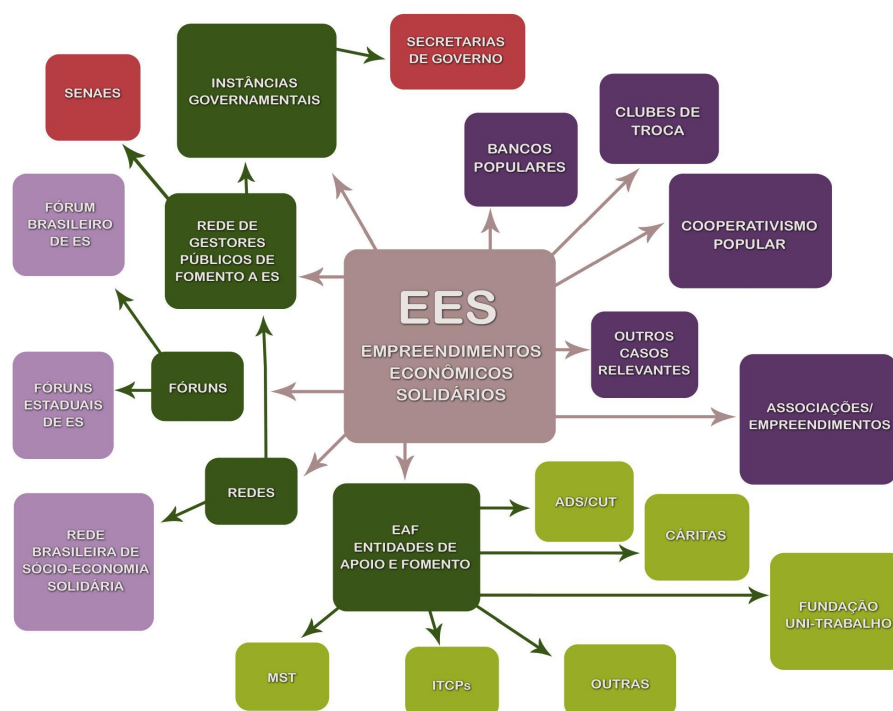
A relação entre a economia solidária e as políticas públicas de apoio a esse setor no cenário do Brasil não está isolada do contexto mais amplo da sociedade brasileira, de sua cultura política, do contexto socioeconômico, das conquistas e contradições existentes, e da sua estrutura institucional. Portanto, é importante reconhecer que o espaço em que a economia solidária se desenvolve não é idealizado e seu alcance não é puramente teórico ou especulativo. (SCHWENGBER, 2007).

Do mesmo modo, Lechat (2004) afirma que as políticas públicas de economia solidária têm a incumbência de fomentar espaços que voltem a publicizar a discussão em torno de questões políticas relevantes, que estavam naturalizadas como questões meramente técnicas ou fora de discussão.

Visto que a Economia Solidária abrange uma ampla variedade de atores sociais, com diferentes níveis de organização e autonomia em relação a outros agentes. Cunha (2012) exemplifica que esses atores podem ser desde pequenos grupos de produção informais até fábricas recuperadas pelos próprios trabalhadores em um sistema de autogestão. Além disso, inclui cooperativas urbanas, associações de agricultores familiares e instituições de crédito e finanças solidárias

Antes de tudo, o avanço da tecnologia na década de 1980, trouxe consigo a automação dos processos produtivos, demandando uma mão de obra qualificada e reduzindo a necessidade de trabalhadores no modelo de produção anterior. Na América Latina, a qualificação dos trabalhadores e o acesso das empresas nacionais a essas tecnologias tornaram-se questões cruciais. (FRANÇA FILHO, 2006).

Figura 1 - Esquema de estruturação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.



Fonte: Adaptado de França (2006).

As entidades de apoio e promoção desempenham um papel importante na estruturação e fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária (EES), como apresentado na imagem acima, buscam desenvolver suas capacidades de sustentabilidade socioeconômica. Muitos desses empreendimentos têm origem na economia popular, em que o processo produtivo depende do vínculo social estabelecido entre as pessoas. O empreendimento funciona como uma extensão das relações solidárias que já existem no cotidiano, tanto a nível pessoal quanto coletivo. (BRASIL, 2004)

Esses Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizados de forma sistemática, principalmente em diferentes formas organizacionais, que podem ser resumidas de acordo com as motivações e a capacidade de gerar renda para os associados. A seguir, serão descritas essas formas organizacionais:

- 1) Grupos informais: demonstram situação de maior precariedade econômica, concernente ao desemprego e insuficiência de renda, com menor incidência em objetivos de financiamento ou de ação reativa provocada por políticas públicas.
- 2) Associações: relacionam-se mais frequentemente com fatores externos e políticas de apoio, financiamento, assistência social ou outras.
- 3) Cooperativas: respondem a motivações mais variadas, principalmente de ganhos maiores para os sócios e de estes se converterem em donos do

Dinâmicas da Economia Solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas empreendimento, mas também como alternativa de qualificação, atuação profissional, produção ecológica ou como via de recuperação de empresas privadas falidas. (GAIGER, 2014, p. 37).

Por isso, presenciamos, de fato, um notável aumento quantitativo dessas novas formas de estrutura econômica nos últimos tempos devido a uma maior eficiência e organização dos movimentos sociais, religiosos e de certas instituições governamentais. Nessa perspectiva Lechat (2004), apresenta em sua tese alguns exemplos de atividades baseadas em Economia Solidária para a criação de empregos e geração de renda, bem como as instituições que promovem ou apoiam esses empreendimentos.

Inicialmente esse cenário surge no Brasil com a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), as empresas nacionais que não conseguiram se adaptar a essa modernização das organizações enfrentaram dificuldades financeiras, resultando em demissões em massa e deixando os trabalhadores desamparados diante de uma crise no mercado de trabalho, nesse mesmo período os técnicos que trabalhavam nestas empresas não tinham nenhum tipo de remuneração. (SILVA; LECHAT, 2004)

Outra iniciativa de política pública de fomento à Economia Solidária apresentada por Lechat (2004) foi a implementação do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR) em 1996, um plano nacional de formação profissional que visava fortalecer e reestruturar a educação profissional no país. O objetivo era criar uma política pública para o trabalho e a geração de renda, promovendo a capacitação de desempregados. No entanto, houve críticas à alocação de recursos, pois uma parcela significativa foi destinada ao setor privado em detrimento do setor público. Isso levantou preocupações sobre a redução do papel do Estado na educação tecnológica e a possibilidade de sua privatização. Além disso, o plano foi questionado por sua falta de integração com a educação geral e, em alguns casos, por não priorizar a educação básica.

Ainda sobre os exemplos, Lechat (2004) salienta que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular, que foi seguido por outros empreendimentos impulsionados por programas governamentais em níveis federal, estadual e municipal. Uma amostra disso é o projeto PRORENDA, desenvolvido em parceria técnica bilateral com a

Alemanha, com o objetivo de criar oportunidades econômicas para pequenos agricultores, residentes de áreas urbanas periféricas, artesãos e pequenos empreendedores em diversos setores de atividade.

Dentre as iniciativas de geração de trabalho e renda, é relevante destacar as ações municipais, algumas das quais são bastante difundidas e com resultados significativos, como a organização dos catadores de material reciclável. Para Lechat (2004) é o caso dos Galpões dos Recicladores e das Cooperativas dos Catadores de Lixo, que surgiram em Porto Alegre - RS. Em 1998, foi formada a Federação Estadual dos Recicladores, e até o ano 2000 já existiam dez galpões na capital e diversos outros no Estado. No âmbito municipal, Porto Alegre, sob a administração da Frente Popular, estabeleceu o Setor de Economia Popular na Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio, inaugurando o primeiro banco de Crédito Popular do Brasil, conhecido como Instituição Comunitária de Crédito Porto Sol.

Além disso, Lechat (2004), ainda cita outro grupo de empreendimento que abrange uma ampla variedade de iniciativas de geração de trabalho e renda, desde que sejam associativas e atendam a outros requisitos estabelecidos pelas agências de apoio. Essas atividades foram desenvolvidas através do trabalho da pastoral e com o apoio da Cáritas, resultando em diversas formas de atividades econômicas. Como por exemplo, podemos mencionar a produção de colchas feitas com retalhos para consumo das próprias produtoras, nas quais o trabalho voluntário desempenha um papel importante na organização desses grupos. Mas também, há produção familiar e domiciliar de doces, na qual os produtores se associam para ter acesso a participação em feiras.

Como resultado, nos últimos anos, várias medidas foram adotadas, evidenciando o espaço cada vez mais relevante dessas iniciativas na agenda política. Em 2004, a SENAES estabeleceu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) com o objetivo de mapear todos os empreendimentos e entidades de apoio desse setor no Brasil. Essa instituição assumiu a importante missão de implementar políticas que englobam ações de inclusão, proteção e estímulo aos trabalhadores que optam por organizar-se de forma alternativa no mundo do trabalho. Nesse processo, o cadastramento do empreendedor solidário visa fortalecer e integrar os empreendimentos por meio de redes, catálogos de produtos e estratégias de comercialização. Essas iniciativas visam atender às necessidades de geração de trabalho e renda, sendo uma adaptação ou ajuste dentro das regras do sistema

dominante. A economia solidária busca uma abordagem global, abordando diversas preocupações, como novas necessidades materiais. (LECHAT, 2004)

Em síntese, Lechat (2004) reforça que é essencial criar uma nova legislação que reconheça a atuação dos trabalhadores da economia solidária. Atualmente, existem leis para trabalhadores autônomos e associados de cooperativas, mas na maior parte essas leis não atendem às necessidades dos trabalhadores informais que atuam de forma associada. Surge a necessidade de uma nova figura jurídica para esses trabalhadores, conhecida como trabalhador associado, que está sendo reivindicada e desenvolvida no âmbito da Economia Solidária. Para abordar essa questão, foi implementado um Conselho de Economia Solidária, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária que propõe a elaboração do Estatuto do Trabalhador Associado, assim como ocorreu na década de sessenta com o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁰.

Destarte, França Filho (2006) expõe que as entidades de apoio e fomento, como o próprio nome sugere, são estruturas organizativas dedicadas à assessoria dos empreendimentos econômicos solidários. Tais entidades podem ser organizações não governamentais com tradição no trabalho de organização popular ou de assessoria aos movimentos sociais. Podem, também, ser ONGs sem tal tradição, mas que detêm expertise no trabalho e na organização de base social, ou num segmento específico das práticas de economia solidária. Podem ser, ainda, estruturas organizativas criadas no seio de universidades, ligadas a centros de pesquisa ou programas de extensão, ou, finalmente, podem ser estruturas de coordenação de redes. Em geral, as entidades de apoio e fomento contam com uma base profissional altamente qualificada.

Elas representam, de certo modo, a porção da sociedade civil mais organizada e institucionalizada atuando no campo da economia solidária. Seu papel é fortemente marcado pelo caráter de mediação social entre o mundo dos empreendimentos solidários (EES), com suas lógicas próprias, e as injunções relativas ao universo institucional no qual se inscrevem esses empreendimentos. O fomento e o apoio fornecidos pelas EAF costumam colocá-las como corresponsáveis,

¹⁰ LEI Nº 4.214, DE 2 DE MARÇO DE 1963. Art. 2º – Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro. (BRASIL)

ao menos temporariamente, do processo de gestão dos empreendimentos, com vistas à consolidação do seu processo de sustentabilidade. (FRANÇA, 2006)

No entanto, para Nagem e Silva (2011) a ação pública sobre esse sistema não foi capaz de frear o avanço do desemprego e da informalização da economia ao longo da década de 1990. A atuação livre de sindicatos e movimentos sociais os mais diversos, possibilitada pelo fim do regime militar, aumentou a pressão social sobre o governo federal para novas ações nesse campo, inclusive com a adoção de políticas que fosse além "da noção de políticas de emprego para a ideia de políticas de geração de trabalho e renda" (FRANÇA FILHO, 2006, p. 261). Surgiram então os primeiros programas de financiamento subsidiado para pequenos negócios, tanto em áreas urbanas Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda (PROGER) como em áreas rurais Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Assim, a incorporação da Economia Solidária na agenda do governo federal representa uma abordagem inovadora em relação às práticas tradicionais de políticas de estímulo ao trabalho e renda. Desde o início, o desenho operacional dos programas esteve intimamente ligado às demandas de organizações sociais que defendem o cooperativismo como um princípio fundamental a ser promovido por meio de políticas públicas. SILVA (2019).

Dessa maneira, são diversas formas de cooperativas, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, "bancos comunitários", organizações populares no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada socioeconomia solidária. Ao mesmo tempo em que crescem iniciativas de organização dos trabalhadores, a fim de ampliar e melhorar o acesso aos recursos e às políticas públicas. Nesse contexto, alguns pesquisadores revelam suas preocupações sobre a importância de uma socioeconomia solidária, como uma alternativa também de luta contra a exploração do homem na relação capital/ trabalho, além da geração de emprego e renda. LIMA NETO (2004).

Nessa visão, os grupos de economia solidária buscam serviços especializados de apoio e assessoria devido às diversas diferenças sociais e estruturais que enfrentam durante sua formação e funcionamento diário, bem como pelas características essenciais que os distinguem das organizações econômicas tradicionais do mundo empresarial. Abaixo, de forma resumida alguns detalhes que as tornam organizações diferentes:

Quadro 2 - Sinopse comparativa Empresa convencional e Empreendimento Econômico Solidário

Categorias	Empresa convencional	EES
Forma de propriedade	Separação entre produtores diretos e proprietários.	Os produtores diretos são os proprietários.
Divisão do trabalho (concepção e execução)	Separação das funções, sobretudo em relação às decisões-chave no empreendimento.	Indistinação entre agentes de concepção e execução.
Relações de trabalho	Remuneração do trabalho por meio de salário ou contratação precária de serviços.	Distinções de rendimentos são admitidas apenas coletivamente, em função de critérios de mediação com o mercado.
Hierarquias	Decisões vinculadas à propriedade: alienação dos produtores.	Decisões vinculadas à propriedade-trabalho: implicação direta dos trabalhadores no processo de decisão.
Fator de produção estruturante	Capital.	Trabalho.
Controle das tecnologias e do conhecimento	Submetido ao sistema de hierarquias.	Tensões e sínteses conflitivas em torno do acesso e do fluxo das informações.
Motivação para empreender	Defesa de níveis de vida anteriores, busca de lucros e autorrealização individual pela competição.	Defesa do emprego, sobrevivência econômica e identidade grupal.
Financiamento do capital inicial	Por meio de capital previamente acumulado pelo(s) empreendedor(es), ou por intermédio do sistema bancário, mediante garantias patrimoniais.	i) inexistente; ii) pela reunião das ferramentas de propriedade e uso dos empreendedores; e iii) por meio de créditos oriundos de fundos especiais ("solidários").
Decisões sobre a distribuição dos resultados	Poder de decisão, e distribuição, de acordo com as quotas de capital dos proprietários ou acionistas.	De acordo com as decisões soberanas da assembleia de sócios, em que cada associado tem um voto.

Fonte: Adaptado de Cruz (2006).

Porquanto, para Cruz (2006) o funcionamento de uma iniciativa de Economia Solidária é, surpreendentemente, mais complexo do que o de uma empresa convencional, mesmo considerando a proporção dos empreendimentos. Em outras palavras, ao comparar o funcionamento de duas empresas - uma convencional e outra solidária - que possuam o mesmo tamanho e operem no mesmo mercado, é correto afirmar que o funcionamento da segunda é caracterizado por uma maior complexidade. Isso se deve a um elemento desconfortável para o pensamento econômico tradicional: as decisões são tomadas coletivamente, o que implica em "custos de decisão" significativos.

No sentido que isso significa que o processo de tomada de decisões - como empreender ou não, investir ou não, produzir ou não, expandir o número de associados ou não - é complexo internamente. Ainda que se considere que as opiniões e posições expressas no debate interno sejam conduzidas por agentes racionais e informados, é importante reconhecer que os interesses individuais de múltiplos atores, que precisam ser sintetizados em relação ao empreendimento (não

é possível tomar duas ou mais decisões diferentes sobre o mesmo assunto em um mesmo empreendimento), implicam em custos consideráveis de tempo e recursos (humanos e materiais, em certos casos). (CRUZ, 2006)

Logo, as experiências da socioeconomia solidária aparecem como alternativas de luta contra a crise nas relações de trabalho assalariado, pois o Brasil sente os efeitos da globalização da economia, possibilitando a manifestação concreta de “movimentos sociais” e “políticas públicas” em favor da humanização do trabalho. Como reforça Antunes (2002) que na década de 90, se espalham em todo o país — Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará etc. —, à medida que se maximizam brutalmente o índice de desemprego e as transformações no mercado de trabalho assalariado, na própria organização econômica no Brasil, desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de relação de trabalho.

De acordo com Favareto (2004):

Qualquer empreendimento – uma empresa tradicional, uma cooperativa - depende enormemente das instituições políticas existentes. No caso dos empreendimentos solidários isto é ainda mais forte, uma vez que, em geral, trata-se de grupos formados a partir de situações de grande precariedade e com pouca experiência na organização de negócios e na disputa de mercados (p. 39).

Além disso, é importante ressaltar que o pleno crescimento dos empreendimentos solidários está intrinsecamente ligado à satisfação de várias condições que refletem a dinâmica das organizações sociais presentes, o nível de envolvimento das autoridades governamentais com as políticas públicas, para obtenção de recursos e a vitalidade dos mercados locais. (FAVARETO, 2004). Somente ao atender a essas diversas exigências será possível alcançar um desenvolvimento que seja integral e sustentável dos empreendimentos solidários.

3.3 Legislação e normas de incentivo à Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária no Brasil como apresentado até aqui tem suas raízes em movimentos sociais e cooperativas que surgiram nas décadas de 1980 e 1990. Essas iniciativas foram ganhando força e, ao longo do tempo, demandaram o reconhecimento e a proteção legal de suas práticas. Neste contexto, a legislação relacionada à Economia Solidária evoluiu para fornecer um ambiente jurídico adequado para seu desenvolvimento.

Inicialmente anos 1990, Bergonsi (2007) constata em pesquisa que a cada dez empregos criados, apenas três eram assalariados e apenas um estava protegido por um contrato formal. Os outros dois empregos eram informais, ou seja, não estavam amparados por nenhuma legislação específica vigente no Brasil, de modo que não possuíam uma regulamentação própria, resultando em um vácuo jurídico para essa parcela de trabalhadores.

A promoção do cooperativismo e do associativismo como soluções para a crise do trabalho assalariado tem se revelado um novo eixo de desenvolvimento econômico e social, como afirma Nicoladeli (2007) que ao estimular essas formas de organização, estamos dando viabilidade aos princípios constitucionais, como o princípio solidário no artigo 3º¹¹, e os artigos 5º¹². Dessa forma, ambos incentivam as ações de economia solidária. Essas formas de organização são essenciais para resgatar a importância do trabalho humano na ordem econômica, conforme previsto na Constituição Federal de 1988¹³ (artigos 1º e 170).

Para tanto, Singer (2003) menciona a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que abrange os direitos ao trabalho digno, salário justo, descanso adequado, moradia, alimentação, vestuário e segurança social. Além disso, ele destaca também a adoção dos princípios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme expressos na Declaração sobre os

¹¹ I - construir uma sociedade livre, justa e solidária. BRASIL (1988)

¹² XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. BRASIL (1988)

¹³ “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.” [...] Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I — soberania nacional;

II — propriedade privada;

III — função social da propriedade;

IV — livre concorrência;

V — defesa do consumidor;

VI — defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII — redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII — busca do pleno emprego;

IX — tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”. (BRASIL, 1988).

Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Como forma de estabelecer regras que garantam a sustentabilidade econômica, com uma regulamentação diferenciada em sua relação com os poderes públicos e acesso a políticas de apoio e estímulo.

De ponto de vista apresentado por Pita (2020) as cooperativas em formato jurídico melhor dialogam, com os princípios da Economia Solidária, em resumo à promulgação da Lei Federal n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, normatizando as Cooperativas de Trabalho.

As cooperativas, sobretudo as de produção, são as unidades que melhor representam um empreendimento de Economia Solidária, elas possuem uma legislação própria no Brasil. São regidas pela lei nº 5.764/71, que determina toda a forma de funcionamento pela política nacional de cooperativas, como quem é seu representante e a forma como se dá a contabilidade e tributação. Entre as mais diversas formas de cooperativas existentes, há as de produção, os agrícolas, as de consumo e as de crédito. Lei esta que é considerada por Silva (2009) “uma lei geral antiga e controversa” no sentido de ter uma questão relevante que envolve a expansão das cooperativas de trabalho como meio de facilitar a terceirização nas empresas e instituições do setor público. No entanto, em grande parte essas cooperativas não possuem compromisso com os princípios da autogestão e os direitos dos trabalhadores, estando interessadas apenas em reduzir os custos com a mão de obra. (SILVA, 2009).

Para facilitar a compreensão do âmbito jurídico das cooperativas, é necessário identificar os elementos que as caracterizam como sociedades cooperativas: a) são entidades que combinam uma estrutura de sociedade de pessoas com uma atividade econômica; b) baseiam-se na colaboração mútua dos membros; c) têm um objetivo comum definido de eliminar intermediários e promover o crescimento econômico e a melhoria das condições dos seus membros, cuja força reside na união; d) prestam serviços aos seus próprios associados. (LIMA NETO, 2004).

Ademais, em consonância com o IPEA (2016), quanto à estrutura jurídica desses empreendimentos, a forma geralmente considerada ideal é a organização cooperativa, que é regulamentada no Brasil pela Lei nº 5.764/1971, tornando um dos desafios centrais na prática da autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários é estabelecer mecanismos internos que incentivem a participação dos associados nas decisões do dia a dia. Isso se deve à complexidade de conciliar a ideia

de os associados serem proprietários e empregados ao mesmo tempo, o que implica em responsabilidades distintas em comparação a uma empresa convencional. Essa concepção não é facilmente assimilada em uma sociedade fundamentada na relação assalariada de trabalho, mesmo em tempos de crise. Em grupos menores, há maior circulação de informações e menores custos de participação, porém, em grupos com um número maior de sócios, é necessário estabelecer estratégias para garantir uma gestão democrática efetiva.

O primeiro Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), resultado da terceira edição da Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), incluiu entre suas diretrizes:

fraquezas da economia solidária que precisam ser superadas: - Ausência de um marco legal da economia solidária que garanta o devido reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, [...] - Inexistência de uma figura jurídica de Empreendimento Econômico Solidário (EES), garantindo uma regulamentação e tributação adequadas à realidade dos EES, respeitando suas especificidades, e assegurando seu acesso aos direitos da previdência social; [...] - Dificuldade de acesso à formalização dos empreendimentos econômicos solidários, sobretudo para aqueles que optam pela forma cooperativa, tendo em vista as barreiras legais de registro, os custos de manutenção e as obrigações fiscais que asfixiam aquelas iniciativas desde a sua origem (CONAES, 2015, p. 11-12).

A busca pela construção de um "marco legal da Economia Solidária" sempre foi uma prioridade nos movimentos que defendem as políticas públicas voltadas para esse setor no Brasil. Nesse contexto, a formalização jurídica dos trabalhadores desempenha um papel central. No entanto, é importante destacar que a luta pelo reconhecimento legal não considera, em geral, sua limitação em proporcionar uma superação efetiva do sistema capitalista. PITA (2020)

Esta reflexão aborda a questão do marco legal e os desafios relacionados à formalização jurídica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Examina-se os avanços legislativos alcançados, bem como as limitações e contradições existentes, levando em consideração as perspectivas futuras baseadas no Projeto de Lei n.º 6.606/2019 (PL 4.685/2012, em sua numeração original da Câmara dos Deputados), aprovado em abril de 2023 e atualmente tramitação no Congresso Nacional Brasileiro.

Essa situação é relevante devido à estrutura da República Federativa do Brasil, na qual os estados e municípios têm a responsabilidade de elaborar legislações estaduais e municipais que estejam em conformidade com a legislação federal. No âmbito federal, surge o desafio de aprovar uma lei abrangente para a Economia

Solidária, bem como a tentativa de estabelecer um fundo de fomento para apoiar essas iniciativas. Até o momento, a falta de apoio suficiente não permitiu alterações na Lei Nº 8.666, que não prioriza o acesso da economia local às compras públicas. No entanto, é importante ressaltar que em níveis municipais e estaduais houve um aumento significativo na aprovação de leis que instituem políticas de apoio e fomento à Economia Solidária, juntamente com a criação de instrumentos para sua implementação¹⁴.

Segundo Brasil (2022) A proposta de estabelecer uma política específica para organizações ligadas à economia solidária tem sido discutida na Câmara dos Deputados desde 2012, por meio do antigo Projeto de Lei 4685/12. O novo texto do projeto define a economia solidária como atividades voltadas para a organização da produção, comercialização, distribuição, consumo e crédito de bens e serviços, seguindo os princípios de autogestão, comércio justo e solidário, além de promover uma distribuição equitativa das riquezas geradas coletivamente.

É necessário destacar isso devido à dificuldade de institucionalizar uma política pública voltada para as necessidades da população em geral. Essa institucionalização ocorre por meio de articulações em várias esferas institucionais e do acúmulo de forças em diferentes campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo estes últimos responsáveis por pressionar os diversos setores e conferir legitimidade às demandas. BRASIL (2022).

A evolução da legislação relacionada à Economia Solidária no Brasil reflete o reconhecimento crescente da importância desse modelo socioeconômico para a promoção da inclusão social, geração de trabalho e renda, e desenvolvimento sustentável. Desde as primeiras iniciativas até o recente Marco Legal da Economia Solidária, houve um movimento de fortalecimento e legitimação jurídica das práticas e organizações que compõem esse setor. BRASIL (2022).

Espera-se que a legislação continue a evoluir e se adaptar às demandas e desafios enfrentados pela Economia Solidária, contribuindo para seu crescimento e impacto positivo na sociedade brasileira.

¹⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Rede de Gestores. **Concepção e Diretrizes de Políticas Públicas de Economia Solidária**. Governo Federal, Brasília, 2020.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO E SUAS PARTICULARIDADES

Tendo por base os conceitos de Economia Solidária apresentados até aqui, este capítulo tem por objetivo apresentar a realidade da economia solidária no Maranhão, identificando seus principais desafios e potencialidades, a partir dos empreendimentos vinculados ao CRESOL, caracterizando-os a fim de verificar os impactos quanto a geração de renda dos mesmos. E diferente dos demais capítulos, nos quais se utilizaram métodos de revisão bibliográfica e análise de legislação, este utilizará uma abordagem empírica, mediante estudo de caso realizado por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas com os atores relacionados.

4.1 Desenvolvimento da Economia Solidária no Maranhão

A trajetória da Economia Solidária no estado deve ser compreendida à luz das mesmas dinâmicas que estavam em andamento tanto em nível nacional quanto internacional desde a década de 1980, fazendo assim do Maranhão componente do todo.

Logo, na década de 1990, foram implementadas uma série de ações para a época consideradas atuais, baseadas na perspectiva neoliberal, através do Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste do Estado (PDRA). Essas ações envolveram privatização, concessão, reorganização, redução do patrimônio estatal, diminuição do número de funcionários públicos, reformas administrativas que incluíram a eliminação de vantagens, medidas de ajuste fiscal e outras iniciativas (Maranhão, 1996). Esse conjunto de medidas acentuou a redução dos investimentos públicos e o aumento do desemprego, especialmente por meio dos programas de saída voluntária. (FERREIRA, 2021)

Portanto, Ferreira (2021) considera que as adaptações realizadas pelo governo e a ampliação das oportunidades para investimento estrangeiro foram particularmente acentuadas, especialmente na região sul do estado, impulsionadas pela produção de soja. Esse setor produtivo reconfigurou profundamente as dinâmicas de emprego no campo, dando lugar a uma notável automação que resultou em níveis mais elevados de eficiência. Esse processo incluiu uma utilização intensiva de agroquímicos dentro do contexto de monocultura, propriedades extensas e concentração de terras.

Nesse sentido, a população faz opção por um trabalho assalariado restrito sem a oportunidade de desenvolver-se, para tanto, a alternativa seria a opção da Economia Solidária que emerge como uma opção para integrar social e economicamente indivíduos que enfrentam dificuldades para se encaixar na estrutura do sistema capitalista. Além de fomentar a reciprocidade, ela também se conecta à criação de oportunidades de emprego e renda destinadas às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. (SOUSA et al, 2009).

Dessa forma, Silva (2019) afirma que a incorporação da economia solidária na pauta do governo federal emergiu como uma abordagem pioneira em relação aos métodos convencionais de políticas voltadas para impulsionar a criação de emprego e renda. Desde o princípio, as estratégias de formulação dos programas estiveram estreitamente ligadas às demandas de grupos sociais que preconizam o cooperativismo como um princípio essencial a ser fomentado por meio de iniciativas governamentais.

A partir da instituição da SENAES em 2008, acompanhada do fortalecimento de diversos Fóruns Estaduais e da inclusão em convênios através de editais, a política pública no Brasil recebeu um impulso significativo. Seguindo o guia do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), um projeto ligado à antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o estado do Maranhão tomou parte no primeiro levantamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Este levantamento tinha como objetivo "mapear a Economia Solidária no Brasil com o propósito de dar visibilidade e promover a articulação da Economia Solidária, além de oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas" (Brasil, 2007). No período entre 2005 e 2007, o Núcleo Unitrabalho/UFMA realizou o mapeamento de 793 Empreendimentos Econômicos Solidários, abrangendo 86 municípios no estado do Maranhão.

Segundo o SIES (2013), no Maranhão estão registrados 838 Empreendimentos de Economia Solidária, dos quais a maior proporção está localizada em áreas rurais, somando 651 empreendimentos, enquanto 109 estão situados em áreas urbanas. No conjunto, a combinação de empreendimentos urbanos e rurais totaliza 78 Empreendimentos Econômicos Solidários. A configuração predominante de organização dos empreendimentos é por meio de associações, compreendendo 746 Empreendimentos Econômicos Solidários, seguida por grupos

informais, cooperativas e sociedades mercantis, alinhando-se à tendência nacional em termos de estruturas organizacionais.

4.2 Centro de Referência de Economia Solidária do Maranhão – CRESOL

No contexto do estado do Maranhão, a colaboração entre o Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (Feesma) e a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres) desempenhou um papel essencial na elaboração e execução de projetos e financiamentos alinhados aos princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e aprovados pela Senaes. Essas iniciativas tinham como objetivo a implementação de ações coordenadas, para fortalecer práticas laborais associativas, abrangendo áreas como formação, comercialização, produção e consumo. (FERREIRA, 2021).

O projeto de fomento à Economia Solidária no Maranhão possui um caráter estratégico crucial para impulsionar esse modelo de economia. o objetivo é oferecer suporte e reforço aos grupos econômicos solidários atuantes em oito regiões de identificação territorial, bem como na região metropolitana, a fim de intensificar a atividade produtiva das comunidades que enfrentam extrema pobreza na localidade. Essas ações emergem em coordenação com o Programa Brasil Sem Miséria, concentrando-se em iniciativas sistemáticas e de grande relevância para fortalecer os empreendimentos nas áreas de gestão, produção, comercialização e consumo.

De acordo com Maranhão (2013), foram estabelecidas as seguintes metas: 1) fortalecer experiências de EES; 2) reforçar dez iniciativas de finanças solidárias; 3) estabelecer o Centro de Referência Estadual de Economia Solidária (CRESOL); 4) promover feiras de Economia Solidária para comercializar produtos e serviços de empreendimentos; 5) consolidar a colaboração entre programas governamentais e ações da sociedade civil; 6) assegurar a gestão e o controle social do projeto por organizações da Economia Solidária.

Estabelecido em 2018, o CRESOL (Maranhão, 2018) não apenas atendeu a uma das metas do projeto Maranhão Desenvolvido Mais Justo e Solidário, mas também emergiu como uma necessidade destacada pela população, sendo articulado pelo movimento de Economia Solidária durante o Orçamento Participativo do governo estadual. Essa proposta foi selecionada como a vencedora na região metropolitana

em 2015, com outras demandas de significativa importância, como hospitais, escolas e sistemas de abastecimento de água. (MARANHÃO, 2019).

São objetivos do CRESOL/MA:

- I - apresentar a economia solidária como proposta de desenvolvimento sustentável que possa estimular a geração de trabalho e renda, voltada à promoção da cidadania, da agroecologia, do desenvolvimento local e à consolidação e autosustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários do Estado;
- II - articular as ações dos órgãos e entes públicos para fortalecimento da economia solidária;
- III - estabelecer parcerias com órgãos públicos e entidades privadas com vistas a promover o desenvolvimento da economia solidária no Estado;
- IV - apoiar as secretarias, órgãos e entes públicos municipais na criação de programas de educação e realização de cursos de economia solidária. (Maranhão, 2018).

O público-alvo abrange os empreendimentos econômicos solidários, tanto urbanos quanto rurais, que estão situados no estado do Maranhão. Além disso, inclui as entidades que oferecem suporte, consultoria e incentivo, bem como os gestores públicos de todas as esferas governamentais. O comitê gestor se reúne a cada duas semanas para discutir e tomar decisões sobre a administração do Centro.

A partir do final de 2021, o CRESOL ficou localizado nas instalações da Casa do Maranhão, no Centro Histórico de São Luís, próximo às principais atrações turísticas da cidade. O espaço dispõe de salas de administração, salas de reuniões, sala de leitura, depósito, cozinha, espaço de apresentações culturais, auditório para 80 lugares e jardim. Isso o torna uma excelente opção para a venda de produtos regionais, o que garante visibilidade aos empreendimentos. Os grupos que o utilizam do espaço para vender seus produtos contribuem para o fundo rotativo com 15%, valor esse que objetiva possibilitar melhorias e investimentos futuros aos empreendedores solidários.

Figura 2 – Fachada CRESOL



Figura 3 – Feiras do CRESOL



Fonte: Da autora (2023)

Fonte: Da autora (2023)

O Centro funciona nos dias úteis, com diferentes grupos se revezando semanalmente. Todas as semanas, há uma feirinha com produtos artesanais, agricultura familiar, cosméticos e outros itens. Nas quartas-feiras, acontece a "Quarta Cultural", com apresentações de artistas locais em várias formas artísticas, com suporte da infraestrutura pública. Além disso, o espaço serve como um meio para promover a interação entre os empreendimentos e fortalecer a cadeia de produção e vendas. Até novembro de 2022, contava com a participação de 67 empreendimentos ativos provenientes de mais de 35 municípios do Maranhão.

Por fim, ainda que de maneira surgente, a Economia Solidária desenvolvida no CRESOL teve grande destaque, haja vista que, em abril de 2022, o Projeto de Lei n.º 554/2021, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei Estadual n.º 10.581/2017, determinou a criação, composição e funcionamento do Conselho Estadual de Economia Solidária do Maranhão (Cecsol). Ele tem o papel de natureza consultiva, melhorando o diálogo no contexto das políticas e atividades de fortalecimento da Economia Solidária.

4.3 Análise dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL

Nesta seção, após a consolidação das bases teóricas, apresentaremos a análise do potencial dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL, tendo como referência a possibilidade de geração de renda desses envolvidos. Para tanto, realizamos entrevistas, que são “fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.” (DUARTE, 2004, p. 215).

A pesquisa de campo se deu no mês de julho de 2023, em visita presencial a cinco grupos empreendimentos solidários, os quais estão localizados na região metropolitana de São Luís, e um no município de Lago do Junco, com entrevista por ligação telefônica, as entrevistas tiveram duração média de 20 a 40 minutos. Assim sendo, foram obtidas exatamente 2 horas e 23 minutos de material gravado, o qual foi totalmente transcrito, de forma a manter o máximo de integridade nos termos e construções frasais.

Ao todo, foram ouvidas seis pessoas, que exercem os cargos de presidente, associado responsável pelo ponto de venda físico, conforme lista de entrevistados Apêndice C com a seguinte divisão temática:

- Dados gerais: foram inseridos para entender o perfil do entrevistado;
- Caracterização dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL: visava à caracterização do empreendimento solidário, bem como à verificação da existência de impacto do potencial do empreendimento solidário quanto ao aumento da geração de renda;
- Realidade da Economia Solidária no Maranhão - CRESOL.

A escolha dos empreendimentos ocorreu por alguns critérios, quais sejam: produtos que apresentam complexidade na produção, quantidade de associados e disponibilidade de participação. Inicialmente, foram listados quatro grupos; porém, por não obtermos retorno, foi necessária a alteração da lista e o acréscimo de outros grupos que se dispuseram a serem entrevistados.

A opção pela entrevista semiestruturada deu-se com o intuito de que o entrevistado tivesse mais liberdade para expor a sua ideia, mas, ao mesmo tempo, o roteiro o orientava no sentido de que suas argumentações não se afastassem do objeto da pesquisa. Cabe deixar registrado que a escolha em ir pessoalmente e realizar a ligação para aplicação do roteiro do questionário ocorreu para termos uma maior garantia de que o questionário seria apresentado de maneira correta e sem interpretações errôneas das perguntas, com clareza nas instruções, para que as respostas fossem mais compreensíveis; maior taxa de resposta, na medida em que o entrevistado se sente inclinado a participar; e garantia na conclusão com maior qualidade dos dados coletados.

De início, no que tange à metodologia escolhida para análise do conteúdo das entrevistas coletadas em campo, optamos pela análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), que explica que esta é uma abordagem utilizada para examinar as razões subjacentes, perspectivas, princípios, convicções e direções das pessoas, sendo conceituada como um conjunto de métodos para avaliar as interações comunicativas. Dentre as fases que a autora propõe, a pré-análise perpassa pela fase de organização do documento para a elaboração do plano de análise. Posteriormente, fizemos a leitura flutuante, ou seja, o contato com dados colhidos para compreender a mensagem dos entrevistados. Em seguida, foram atribuídas as categorias para

análise, que estão correlacionadas aos objetivos e ao problema da pesquisa: *estrutura organizacional e participação dos associados, geração de renda e sustentabilidade financeira, obstáculos e potencialidades*. Por fim, fizemos o tratamento e a interpretação de dados, que serão apresentados nas próximas seções.

4.3.1 Panorama geral dos entrevistados

A primeira entrevista foi realizada com Entrevistada 1, na sede do Empreendimento A, que contava com mais outros quatro associados que também se manifestaram durante algumas questões. Ela participa do movimento do grupo mesmo antes de ser institucionalizado pelo CRESOL e, atualmente, é a presidente, teve outras funções anteriormente como babá e doméstica. Sempre que possível, está ativamente nos encontros e fóruns promovidos pela economia solidária.

A segunda entrevista aconteceu na sede da Empreendimento B, e a entrevistada foi a presidente Entrevistada 2, que possui ensino superior completo, exerce a função também de supervisora pedagógica além de participar de movimentos sociais.

A Entrevistada 3 foi a terceira entrevistada, ela foi a única que ocorreu de forma remota, via ligação telefônica. Antes de trabalhar com a economia solidária, era gestora na escola da comunidade; e atualmente, exerce o papel de presidente do Empreendimento C.

A quarta entrevista foi com Entrevistada 4 e ocorreu no box de vendas do Ceprama. Ela é a responsável pelo ponto de venda do Empreendimento D e, antes de ser artesã, era estudante e, hoje, já possui ensino superior completo.

As quinta e sexta entrevistas aconteceram na sede do CRESOL, no Centro Histórico de São Luís. A Entrevistada 5 é a responsável pelo Movimento Empreendimento E, grupo que está dentro da Marcha das Mulheres e foi o mais novo a ser entrevistado. Foi fundado em 2020, no período crítico da pandemia, como maneira de acolher mulheres vulneráveis. Ela possui ensino superior completo e trabalha como parecerista jurídica; disse que possui enorme vontade de viver apenas do artesanato que o grupo produz.

A última entrevista foi com a Entrevistada 6, pessoa responsável do Empreendimento F, pelo ponto de venda no CRESOL. Ela organiza o rodízio semanalmente, no espaço, tem formação em Técnico Agrícola, o que a ajuda na

produção da agricultura familiar, e participa do Movimento de Economia Solidária, desde as primeiras reuniões do Feesma.

No Brasil, de acordo com Gaiger (2014), com relação ao segundo mapeamento da Economia Solidária (2009/2013), um dado com grande relevância cultural é a responsabilidade atribuída a quem representa a família dentro de empreendimentos econômicos solidários. Esse papel está associado não apenas a aspectos sociais e econômicos evidentes, mas à natureza das atividades produtivas e ao papel proeminente, especialmente das mulheres, nas áreas periféricas das cidades. O protagonismo feminino nos empreendimentos solidários nas atividades produtivas que lideram frequentemente está interligado à promoção de mudanças sociais, à melhoria na qualidade de vida e à construção de redes de apoio sólidas.

4.3.2 Estrutura organizacional e participação dos associados

Nesta categoria, foi explorada a forma como os empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL estão organizados e como os membros participam das decisões e atividades diárias. A análise revelou algumas abordagens no que concerne à gestão participativa e à distribuição de responsabilidades; todos os empreendimentos entrevistados fazem a produção própria e a vendem, isto é, nenhum deles faz a revenda de produtos de terceiros.

Todas nós fazemos produção própria, cada uma trabalha pelo menos um produto sustentável; eu trabalho com peças sacras, faço escultura de madeira e faço artesanato com papel machê. Temos bolsas de sacolas de supermercado, bolsas de tecido de guarda-chuva, agendas, planner, cadernos artesanais. Além dos produtos de venda, fazemos cursos e oficinas para mulheres nas periferias. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

Desse modo, é possível verificar a relevância do trabalho coletivo e, ademais, do que Singer (2012, p.18) aponta como “democraticamente, ou seja, pratica a autogestão”. A Economia Solidária representa uma alternativa de produção, fundamentada na coletividade da propriedade do capital e no respeito pela liberdade individual. A adoção desses fundamentos unifica todos aqueles envolvidos na produção, transformando-os em uma classe única de trabalhadores, que compartilham igualmente a posse de capital em cada cooperativa ou entidade econômica. SINGER (2012).

Observa-se, nessa perspectiva, mais um exemplo de boa prática da Economia Solidária, em consonância com o que foi apresentado:

A gente faz a produção própria, porque temos a prensa dos cocos, as amêndoas vêm da comunidade, que são nossos fornecedores, podendo ser os sócios e os não sócios. Temos 1.400 fornecedores de amêndoas em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Ao todo, temos nove cantinas nas comunidades, na questão de compra de amêndoas e vendas dos nossos produtos para as famílias que têm necessidade para sobrevivência, são nosso ponto de venda e compra de babaçu. (Entrevistada 3, MA, 18.07.2023).

Portanto, os empreendimentos solidários, como cooperativas, associações e projetos comunitários, têm o potencial de criar oportunidades de emprego e renda que podem ser cruciais para famílias que enfrentam dificuldades financeiras, desempenhando um papel fundamental no auxílio à sobrevivência das famílias, especialmente em contextos econômicos desafiadores. Ela oferece uma abordagem alternativa ao modelo convencional de produção e consumo, focando a cooperação, a solidariedade e a participação ativa dos membros da comunidade.

No que diz respeito à forma de comercialização, todos têm o local de vendas em loja física ou espaço/box e participam das feiras fisicamente e em plataforma on-line, sejam páginas de divulgação nas redes sociais ou os sites oficiais do grupo.

Sobre a estruturação das parcerias para promover a geração de renda e revenda de produtos com outras organizações e instituições, apenas do Empreendimento D as possui:

Nossa parceria é feita com lojas que estão no Reviver para revenda. Os lojistas podem comprar consignado. Os produtos de preço menor os donos da loja compram; quando é mais caro, como, por exemplo, um chapéu que é R\$ 500 ou R\$ 600, é consignado. (Entrevistada 4, MA, 19.07.2023)

As parcerias desempenham um papel essencial na Economia Solidária, impulsionando a colaboração, a eficácia e o impacto positivo das iniciativas. A natureza coletiva e participativa dessa economia se alinha perfeitamente com o espírito de construir relações de parceria, em que diferentes atores trabalham juntos, para atingir objetivos comuns.

Quanto ao funcionamento da cadeia de produção, as respostas foram unânimes em descrever o processo que associa a aquisição da matéria-prima até a produção. Todos consideraram a cadeia totalmente integrada a um fluxo eficiente e

bem articulado, ainda que haja algum impedimento na obtenção de determinados insumos, como apresenta Isabel:

A gente sabe fazer a extração da fibra e o manuseio, só não fazemos é a esteira, mas fazemos todo o processo. Quando precisamos de uma área maior, encomendamos de Barreirinhas e Paulino Neves; quando é uma área menor, tiramos na zona urbana de São Luís. (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

No tocante à participação dos associados, mais uma vez, a Empreendimento C foi a exceção sobre o envolvimento e a articulação com o CRESOL. Quando questionado, a resposta foi que participam apenas de alguns eventos e reuniões e que não teriam um resultado com o CRESOL, tendo em vista que o Centro foi fundado em 2018 e a cooperativa já existe há 32 anos. Para Conceição, “a atuação do CRESOL se resume, na minha visão, apenas no Centro Histórico de São Luís”.

Os outros grupos, mesmo os mais antigos, ainda consideram o auxílio do CRESOL fundamental para o desenvolvimento das ações e projetos. Entrevistada 6 foi categórica ao afirmar que o CRESOL auxilia a ter um resultado diferente: “O nosso grupo tem um resultado diferente, porque, aqui, tem a divulgação do nosso produto, e ele fica conhecido”.

Ainda assim, todos os participantes consideram satisfatório o apoio do Centro, quanto à promoção do desenvolvimento dos seus empreendimentos solidários, e avaliam como relevantes a formação e a capacitação oferecidas, de maneira periódica, e, com exceção do Empreendimento C, todos participaram da última formação que ocorreu em junho sobre a precificação dos produtos.

Portanto, é possível constatar que as metas estabelecidas para o fortalecimento da Economia Solidária no Maranhão estão sendo atendidas, como a criação do Centro de Referência Estadual de Economia Solidária, a promoção de feiras de Economia Solidária e as capacitações para gestão e controle social do projeto, por organizações da Economia Solidária. (Maranhão, 2013).

4.3.3 Geração de renda e sustentabilidade financeira

Nesse momento, investiga-se sobre os demais aspectos do potencial inspirador e transformador da economia solidária como uma fonte geradora de renda. Ao examinarmos o potencial da economia solidária na geração de renda, devemos considerar como essa abordagem colaborativa estimula o empoderamento das comunidades e dos indivíduos envolvidos. Quando verificamos a análise do período em que são realizadas as vendas dos produtos com exceção da especificidade da produção e do tamanho da associação o Empreendimento C, esta foi a única dos entrevistados que possui venda regularmente. Como justifica Conceição:

Temos clientes grandes, como Natura, Bodyshop, Loreal Paris, Central do Cerrado, Carrefour e Mercado Livre [...]. As empresas têm contratos anuais e cada empresa é de acordo com um contrato, tem ano que é mais tem ano que é menos. A Natura ano passado foi 200 toneladas de óleo e em 2023 serão apenas 70 toneladas. (Entrevistada 3, MA, 18.07.2023)

Nos outros grupos foi verificado que há uma variação das vendas que são de forma concentrada conforme a oportunidade de venda, seja ela, por período ou por alguma encomenda específica, de acordo com depoimentos abaixo.

Em junho teve uma demanda maior de encomendas, 300 peças pro São João da Thay, nós fizemos 264 peças de mandala para a UFMA e estamos fazendo agora 82 metros de renda que vai para São Paulo. Estamos fazendo a renda para a marca de vestuário Demode e eles fazem a customização do tecido. (Entrevistada 2, MA, 18.07.2023)

Período de meses bons de artesanato em São Luís novembro, dezembro e janeiro, depois em junho e julho. Os outros meses baixam bastante nossas vendas. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

O período de São João é o que vende mais por ser artesanato cultural é o período que mais sai nos produtos. (Entrevistada 4, MA, 19.07.2023)

Período de férias, junho e dezembro com certeza as vendas são melhores. (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

Tendo em vista a constatação que a maior parte dos entrevistados faz a venda de produtos com sazonalidade seria importante refletir sobre as perspectivas de aumento de venda nos outros períodos como forma de fortalecimento e oportunidade econômica para esses associados. E obviamente, que o faturamento também será sazonal.

Com base nas entrevistas conduzidas, foi evidente constatar a presença marcante de sazonalidade nos resultados do faturamento mensal dos empreendimentos analisados. Os relatos dos entrevistados revelaram que os valores recebidos mensalmente tendem a variar significativamente na maioria dos

estabelecimentos. Nos empreendimentos de menor porte, é notável a tendência de manutenção de um padrão de faturamento que se situa em até um salário mínimo. Por outro lado, nos empreendimentos de maior escala, as variações se tornam mais proeminentes, como explicitado nas falas de alguns dos entrevistados:

A gente fazia produção coletiva para todos, agora fazemos de acordo com o que cada integrante produz, ou seja, quem produz mais ganha mais e quem produz menos ganha menos. A renda do grupo está em uma média mensal de R\$ 2.000,00 reais. (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

O faturamento da nossa associação é de um salário mínimo, quando não estamos no período de alta ou de encomenda pontual. (Entrevistada 2, MA, 18.07.2023)

No último ano, 2022, nós tivemos um faturamento de algo em torno de R\$ 800.000,00 e uma venda de 360.000 toneladas de amêndoas. (Entrevistada 3, MA, 18.07.2023)

Em julho, por exemplo, o faturamento varia em torno de R\$ 15.000,00 mas normalmente é um salário mínimo. (Entrevistada 4, MA, 19.07.2023)

Digamos que é até um salário mínimo, R\$ 1.350,00. Já foi maior, antes da pandemia vendíamos em um final de semana na feirinha 800,00 a 1.200,00, hoje não conseguimos mais. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

Com base nestes depoimentos, é possível fazer uma verificação do impacto na geração de renda dos associados dos empreendimentos que lidam com sazonalidade no faturamento. Primeiramente, é importante notar que a sazonalidade tem um efeito significativo sobre os rendimentos dos associados. Nos empreendimentos menores, onde a estabilidade de faturamento é limitada e muitas vezes se mantém em torno de um salário mínimo, a sazonalidade pode criar desafios financeiros significativos. Isso pode tornar difícil para os associados planejar suas finanças pessoais e familiares, já que a renda varia ao longo do ano. Por outro lado, nos empreendimentos de maior escala, a sazonalidade também é uma realidade, mas as variações nos rendimentos são mais pronunciadas. Isso pode ser tanto uma oportunidade quanto um desafio.

Deste modo, verificamos que estes empreendedores solidários a partir da prática da economia solidária têm o potencial de aumentar a geração de renda a medida que todos os grupos entrevistados conseguiram além de aumentar a renda - seja ela extra ou principal – todos faturam com rendimento mensal que melhora as condições de vida em uma perspectiva de médio prazo.

No que diz respeito à renda extra, foi possível detectar que os entrevistados possuem outra renda adicional, seja como programas de beneficiamento: como aposentadoria, Bolsa Família. No entanto, a Entrevistada 3 fez um comentário adicional sobre o Empreendimento C:

A renda dos associados é diretamente influenciada pelo valor do litro de óleo, ou seja, quanto mais favorável for o preço do óleo, melhor será o valor obtido pelo coco. Eles também têm a oportunidade de participar dos lucros, o que é significativo, considerando que a maioria deles depende exclusivamente da cooperativa como fonte de sustento. (Entrevistada 3, MA, 18.07.2023)

No Empreendimento F, Entrevistada 6 tem um depoimento em consonância com o dito acima:

Além das vendas no CRESOL eu tenho a renda da aposentadoria, mas a maioria dos nossos associados só possuem a renda da economia solidária. Tenho amigas que só tem aqui e o mês que não vende fica complicado, porque a família depende dela. (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

Então, sobre os critérios de distribuição dos recursos gerados nos empreendimentos solidários, os outros grupos explicaram que isso se baseia na renda produzida individualmente. Um exemplo disso ocorre com produtos artesanais: um determinado item é produzido e posteriormente colocado à venda em um ponto específico. Quando o produto é vendido, o valor arrecadado retorna para o produtor, após a dedução do percentual do fundo rotativo destinado à manutenção do grupo. No EMPREENDIMENTO C, os critérios se baseiam na produtividade.

Dessa forma, como afirma Singer (2012) a particularidade dos indivíduos que se envolvem na economia solidária abrange uma porção da população que enfrenta condições de extrema pobreza e indigência.

Para Gaiger (2011) em primeiro lugar, o entendimento de solidariedade se manifesta no envolvimento cotidiano de seus membros, na socialização dos recursos produzidos. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo produtivos e na adoção de princípios de equidade. Quando estendida ao seu entorno, a solidariedade estimula sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público (Gaiger e Laville, 2009).

A economia solidária se destaca por desafiar o paradigma tradicional de lucro a qualquer custo, optando por uma abordagem que prioriza a cooperação, a inclusão e o impacto social positivo.

Ao indagarmos sobre a percepção dos entrevistados quanto ao impacto do empreendimento solidário ao qual estão associados na geração de renda, considerando os resultados obtidos até o presente momento, e prevendo em um horizonte a médio prazo observamos que duas respostas foram predominantemente mencionadas: a melhoria da renda familiar e a estabilização da mesma. Como comentam a seguir:

Para quem está firme desde o começo o resultado é muito positivo com perspectiva de aumento de renda familiar. E quem nos ensinou precificação dos nossos produtos foi pela aula do CRESOL sobre curso e tudo foi estruturando. (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

Deixar a renda familiar estável e aumentar a renda, porque eu vejo que a economia solidária é um meio pra divulgar nossos produtos, divulgar as companheiras que estão no interior, eu moro em São Luís mas todo mês vou para lá, tenho casa e sítio lá, e trago os produtos para revender no CRESOL. (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

Portanto de maneira evidente o potencial que os entrevistados dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL se destaca de maneira notável quando consideramos a sua capacidade intrínseca de gerar renda para as pessoas envolvidas. Ao adotar princípios colaborativos e uma visão coletiva, esses empreendimentos não apenas promovem oportunidades econômicas, mas também fortalecem laços comunitários e empoderam os participantes. Através da valorização da cooperação e da partilha equitativa, os empreendimentos solidários associados ao CRESOL demonstram uma abordagem eficaz para não só melhorar a renda das famílias, mas também para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a resiliência nas comunidades.

A argumentação proposta por Singer (2002) sustenta que as incongruências inerentes ao sistema capitalista engendram ocasiões propícias para o desenvolvimento de estruturas econômicas cuja premissa contradiz o princípio de produção capitalista. Nesse contexto, emerge a economia solidária como uma alternativa laboral e de subsistência direcionada aos estratos excluídos do mercado.

Ao serem questionados acerca do impacto social identificado nos empreendimentos, quatro entrevistados enfatizaram a relevância da geração de empregos e renda para a comunidade. No entanto, o Empreendimento A adotou uma perspectiva diferenciada, compreendendo que o impacto social se manifesta principalmente no fortalecimento dos laços comunitários. Por outro lado, o

Empreendimento E destacou a promoção da igualdade e inclusão social como o seu principal impacto.

Nosso grupo acolhe mulheres, então nosso maior trabalho é gerar um ambiente favorável de trabalho que nada chegue a elas seja um gatilho para que aqui elas se desenvolvam. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

Para algumas foi positivo, temos colegas que se afastaram e não conseguiram ter impacto na renda então perderam muita coisa que já conquistamos ao longo do tempo. (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

É muito positivo a geração de renda complementar para mim e para minhas companheiras. (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

Principalmente na alta temporada o grupo se reúne e fazemos a produção juntos é bom principalmente pra quem está desempregado, o impacto é muito significativo. (Entrevistada 4, MA, 19.07.2023)

Essas distintas percepções enfatizam a natureza multifacetada dos impactos sociais oriundos dos empreendimentos solidários. Enquanto algumas iniciativas priorizam as dimensões econômicas, como a geração de emprego e renda, outras enxergam o impacto através da lente da coesão social e da igualdade. Essa variação nas percepções reforça a riqueza e a complexidade dos efeitos sociais gerados pelos empreendimentos solidários.

Fica claro que a importância da economia solidária na perspectiva dos entrevistados transcende as flutuações temporárias nas vendas de produtos. A abordagem solidária oferece um contexto no qual os membros são impulsionados não apenas pelo lucro imediato, mas pela criação de um ecossistema econômico que promove a inclusão, a colaboração e a coesão social. Mesmo diante de períodos com baixas vendas, os entrevistados percebem que a economia solidária proporciona uma plataforma resiliente que valoriza o bem-estar coletivo e capacita os participantes a superar desafios conjuntamente. A ênfase na cooperação e na distribuição equitativa, características fundamentais da economia solidária, proporciona uma rede de apoio que transcende a volatilidade das vendas momentâneas, reforçando a visão de médio prazo da sustentabilidade econômica e social.

4.3.4 Obstáculos e potencialidades

Na busca por uma análise abrangente dos empreendimentos solidários entrevistados, é essencial examinar não apenas suas realizações, mas também os desafios e obstáculos que se apresentam em seu percurso. Esta seção se propõe a explorar as limitações e dificuldades enfrentadas por esses empreendimentos, oferecendo uma visão crítica e contextualizada das circunstâncias que podem afetar seu funcionamento.

Quando questionados sobre os principais desafios enfrentados nas interações com fornecedores, distribuidores ou consumidores, surgiram diversas respostas que abrangem questões como problemas logísticos e de transporte, bem como a concorrência desleal, entre outros motivos, como será detalhado a seguir.

O maior desafio ainda é a falta de divulgação. (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

Concorrência desleal por causa do atravessador que ganha muito em cima de nós produtores. (Entrevistada 2, MA, 18.07.2023)

Nosso maior problema é logístico então quando tá em tempo de produção a gente já compra peças menores de outros grupos pra facilitar a nossa alta demanda e foi através da economia solidária quando tem os fóruns a gente troca experiência e pegamos contato mapear alguns artesãos. a gente não tem concorrência (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

Quando não conseguimos comprar o material fora porque estamos sem dinheiro em São Luís é muito caro e demora chegar. O custo fica muito alto, quando conseguimos organizar o valor para o consumidor fica melhor. A logística do fornecedor do produto. Nessa problemática é a concorrência desleal porque os valores mudam. (Entrevistada 4, MA, 19.07.2023)

A gente não tem muito problema com concorrência, a gente tinha muito antes mas hoje com a cooperativa praticamente que vem fazendo eliminou essa concorrência, as dificuldade mesmo é da logística de escoamento da produção, entra em outros também, temos a qualidade da amêndoa, como a gente tem a certificação amêndoa precisa passar por qualidade, agrotóxico. (Entrevistada 3, MA, 18.07.2023)

Nossa dificuldade é de fornecedores específicos, algumas lojas que vendiam produtos especializados fecharam na pandemia. Por exemplos Lojas que vendiam cola. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

Quanto aos desafios preeminentes encontrados em seus empreendimentos solidários, a predominância dos entrevistados salientou a insuficiência de apoio governamental. Adicionalmente, uma resposta relevante mencionou as dificuldades associadas à gestão e à organização interna, enquanto outra apontou a limitação no acesso a crédito para fins de investimento.

Somos vinculados ao governo, então precisamos de apoio governamental em nossas ações e políticas públicas. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

O poder público não faz investimento em nosso setor. (Entrevistada 2, MA, 18.07.2023)

Ausência de apoio governamental e divulgação dos nossos serviços (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

Falta de gestão estamos em uma burocracia para que nossa documentação esteja em dias, não estamos podendo participar de editais e precisamos está com situação regularizada, e outro obstáculo é também creche para crianças seria bom porque a gente não tem como deixar as crianças ficarem no ateliê, trabalhamos com agulhas, tesouras, se o poder público investisse em uma creche teríamos a comunidade mais envolvida. (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

Entender essas problemáticas na economia solidária é necessário para tratar e propor melhorias, Singer (2014) alerta que os desafios são significativos e de natureza institucional, os quais limitam a realização plena de suas capacidades. Essas limitações restringem sua capacidade de produzir e agregar valor a seus produtos e serviços, resultando em retornos insatisfatórios para seus membros. A expansão e o fortalecimento da economia solidária dependem de maneira crucial do reconhecimento efetivo de suas potencialidades na estratégia nacional de desenvolvimento. Isso requer a criação de um ambiente institucional favorável, incluindo a atualização e a melhoria das regulamentações e a implementação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e operação dos empreendimentos solidários. Especial atenção deve ser dada às cooperativas, abordando questões tributárias, acesso ao crédito e à seguridade social.

A trajetória acumulada revela que as iniciativas relacionadas à economia solidária, com vistas à mitigação da extrema pobreza, confrontam limitações notáveis nos contextos urbanos. Por sua vez, trazem limitações com a ausência de políticas de crédito em larga escala, orientação técnica e estratégias abrangentes de comercialização. Essas iniciativas devem, de maneira coesa, proporcionar soluções substanciais às demandas existentes, evitando a segmentação das intervenções e a desconexão das abordagens adotadas nos contextos organizativos e produtivos territoriais e setoriais. A formação de redes cooperativas para produção, comercialização e consumo emerge como uma estratégia crucial nesse sentido. Nesse contexto, é imperativo progredir no desenvolvimento de uma política consistente de orientação técnica destinada aos empreendimentos de economia solidária. (SINGER, 2014)

Os empreendimentos econômicos solidários frequentemente se deparam com uma série de desafios abrangentes, que abrangem questões como a geração de renda em níveis subsistentes, uma notável rotatividade de membros, a escassez de recursos físicos e financeiros, assim como de equipamentos. Os obstáculos também incluem a complexidade do incremento da produção, bem como dificuldades relacionadas à comercialização e à gestão eficaz. A ausência de programas e políticas públicas permanentes e eficazes destinadas à economia solidária é uma lacuna considerável. Além disso, os projetos iniciados por entidades de apoio ou pelo Estado tendem a ser de duração limitada, muitas vezes com recursos insuficientes para garantir a sustentabilidade contínua dos empreendimentos. (CAVALCANTE, 2006).

Essas empresas são administradas pelos próprios participantes desses empreendimentos, os quais agora enfrentam responsabilidades de gestão que anteriormente não lhes competiam. Dentro dessa nova dinâmica, os colaboradores precisam colaborar uns com os outros, enquanto simultaneamente compreendem o ciclo completo de produção e administração. Isso possibilita que tomem decisões mais informadas e apropriadas com impacto. (FRANÇA FILHO, 2007; SINGER, 2008)

Portanto, ao compreender essas limitações, podemos obter conhecimentos valiosos sobre como a economia solidária pode se adaptar e evoluir em face das adversidades, bem como as estratégias que podem ser empregadas para superar tais obstáculos e fortalecer o impacto positivo desses empreendimentos na geração de renda e inclusão social.

Por fim, os participantes das entrevistas emitiram uma avaliação favorável em relação à forma de participação e colaboração da CRESOL no contexto do fomento e promoção da economia solidária nos empreendimentos associados. Além disso, como uma perspectiva prospectiva para aprimoramentos e resoluções desses desafios, os entrevistados compartilharam comentários adicionais repletos de otimismo em relação ao futuro da economia solidária no cenário maranhense.

É só a gente pensar quem que há 10 anos atrás achava que teria loja de shopping com artesanato de buriti pra vender? Então a gente olha com otimismo pois tem a perspectiva de poder expandir cada vez mais o nosso negócio e a articulação do produto para outros estados e pode melhorar ainda mais nossa renda, porque o nosso produto é muito valorizado lá fora. (Entrevistada 1, MA, 19.07.2023)

Consciência do trabalho político com as pessoas que fazem parte dos empreendimentos precisa melhorar muito esse trabalho de cooperação, a gente tem muita dificuldade de interagir e de fazer esse trabalho, mas vejo muito positivo pra geração de renda para empreendedores.

Entrevistada 3, MA, 18.07.2023)

Economia solidária existe há muito tempo e é muito bom pra nós empreendedores solidários conhecer outros lugares saber o produto do outro artesão. É uma forma de conhecer outros empreendimentos como o mel, babaçu, e os vínculo com e outros, mostrar nosso produto e saber como é feito os produtos dos outros. (Entrevistada 2, MA, 18.07.2023)

Nós precisamos nos melhorar a articulação para realizar nossas feiras itinerantes para divulgar a economia solidária no maranhão. (Entrevistada 5, MA, 20.07.2023)

Nossa geração de renda é muito boa, hoje já tem um outro ponto do CRESOL que fica no km 142 que fica perto de Axixá, e lá já temos produtos que fica mais próximo da comunidade e outros conseguem participar da venda lá. Faço tudo pra contribuir na cooperação e quando eu percebo alguma individualidade no grupo nós chamamos a atenção porque temos em mente que o negócio é para todos, porque a economia solidária não vive de individualismo. (Entrevistada 6, MA, 20.07.2023)

A gente espera que com o novo governo cresça e melhore, e tenha mais apoio do governo. Estamos no CRESOL há 2 anos, nós já trabalhávamos com artesanato na associação e já trabalhamos com bordados. No CRESOL conseguimos organizar os grupos como lidar com os associados, os cursos profissionalizantes ajudaram para mostrar como funciona a economia solidária. Por isso que temos uma boa perspectiva da geração de renda na participação de venda nas feiras. (Entrevistada 4, MA, 19.07.2023)

As percepções e visões compartilhadas pelos entrevistados revelam um panorama diversificado e promissor no cenário da economia solidária no Maranhão. O otimismo é evidente, à medida que os empreendedores enxergam a evolução notável das oportunidades nos últimos anos, como exemplificado pela presença de artesanato de buriti em um shopping na Rua Grande em São Luís. Essas mudanças tangíveis estimulam uma perspectiva positiva de expansão dos negócios para além das fronteiras estaduais, reforçando a potencialidade de aumento da renda. No entanto, ressalva-se a necessidade de aprimorar a conscientização sobre o valor político do trabalho cooperativo, um aspecto apontado como desafiador, mas com grande potencial para fomentar a geração de renda.

Durante a última década, o movimento da Economia Solidária expandiu suas atividades na economia, impulsionado pela implementação de políticas públicas que fomentam a formação de redes de cooperação. Esse avanço gerou a necessidade de estabelecer um marco legal que regule suas atividades. A análise do processo de tramitação do Projeto de Lei (PL) destinado a criar esse marco legal revela um progresso gradual, apesar da intensa mobilização da comunidade de ES para essa conquista. A observação dos trâmites legislativos em portais públicos não se limita à burocracia normativa, mas também destaca os aspectos políticos que

influenciam a aprovação ou rejeição desse marco legal. Além do processo burocrático, a vontade política desempenha um papel crucial, orientando o destino das políticas públicas e determinando o sucesso das iniciativas de produção e comercialização na Economia Solidária. (SOARES, et al. 2022)

A longevidade da Economia Solidária e seu papel como um canal para a troca de conhecimentos e produtos entre empreendimentos são destacados, demonstrando um senso de coletividade e aprendizado constante. Ademais, a importância de aprimorar a articulação interna é sublinhada por meio da aspiração de realizar feiras itinerantes para ampliar o alcance da economia solidária no Maranhão. Os esforços para promover a cooperação e coletividade também emergem claramente, uma vez que os entrevistados apontam para uma mentalidade voltada ao bem comum. Além disso, a busca por um ambiente mais favorável por meio do apoio governamental é almejada como um meio de alavancar o crescimento e aprimorar o ecossistema da economia solidária.

A participação no CRESOL é citada como um impulso significativo para a organização e capacitação dos empreendimentos, proporcionando maior compreensão e recursos para a participação em feiras e, conseqüentemente, na geração de renda. Essas percepções cumulativas delineiam um cenário animador para o futuro da economia solidária no Maranhão, destacando tanto as realizações atuais quanto as aspirações para o aprimoramento contínuo, colaboração e prosperidade coletiva.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo discutiu a temática da Economia Solidária, com o objetivo de analisar o potencial dos empreendimentos solidários vinculados ao Centro de Referência de Economia Solidária (CRESOL), focando na geração de renda. Especificamente, este trabalho concentra-se nos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL no Maranhão no período de 2018 a 2022.

Para a compreensão dessa conjuntura, é apresentado na primeira seção, o desenvolvimento da economia solidária, marcada por uma série de fatores e tendências que moldam esse campo econômico e social, como a desigualdade econômica com o crescente aumento de renda em muitas partes do mundo, desta forma é exposto a contextualização da origem da Economia Solidária, tanto em âmbito global quanto no Brasil. E no cenário nacional, a Economia Solidária ganhou destaque a partir dos anos 1990, em resposta ao desemprego, decorrente da reestruturação econômica. O apoio governamental às políticas públicas ganham importância para seu desenvolvimento por ter uma demanda do movimento social da economia solidária.

Nesse sentido, emergiram empreendimentos econômicos solidários como alternativas ao modelo tradicional de organização do trabalho e da produção. Esse movimento foi impulsionado por diversos agentes, incluindo a Igreja Católica, a Cáritas Brasileira, movimentos sociais, ONGs e instituições de ensino. A finalidade era institucionalizar essa abordagem colaborativa de trabalho e buscar a garantia dos direitos e segurança similares aos das atividades econômicas convencionais. Essa mudança marcou uma transformação no paradigma laboral e econômico do país.

Segundo diversos autores, incluindo França Filho (2004), Singer (2012) e Gaiger (2011), a economia solidária se estrutura em torno da produção, distribuição e consumo baseados na equidade de direitos e responsabilidades. Ela abrange uma variedade de atividades, a saber: produção, troca, serviços, crédito e consumo coletivo de bens. Tal surgimento tem alternativa frente às transformações no mundo do trabalho, com a criação de empreendimentos autogestionados que operam de forma colaborativa.

A Economia Solidária é conceituada sob diferentes perspectivas: Singer e Souza ressaltam o desenvolvimento de organizações econômicas com lógica oposta à do capitalismo. França Filho (2009) e Laville (2006) apontam para uma

ressignificação do agir econômico em direção a um novo movimento social. Gaiger (2011) analisa a organização dos trabalhadores e os fatores que a envolvem.

Na segunda seção, foram apresentadas as principais políticas públicas governamentais voltadas para o fomento da Economia Solidária que surgem e se consolidam em aproximação do movimento social no momento em que a produção tradicional do mercado não consegue absorver os trabalhadores que se encontram excluídos e por consequente dos processos de desenvolvimento. O atual estágio de tramitação do marco legal da Economia Solidária visa ao estabelecimento de um conjunto abrangente de direitos e políticas públicas em nível nacional. O desenvolvimento da iniciativa da Lei Geral da Economia Solidária proporcionará o reconhecimento oficial do movimento para o desenvolvimento econômico, fortalecimento das políticas públicas para acesso a crédito, formação, além de garantir o direito dos trabalhadores, com condições justas de trabalho, benefícios trabalhistas e segurança social, ou seja, como objetivo primordial assegurar o reconhecimento social e jurídico das peculiaridades inerentes aos empreendimentos econômicos solidários.

Por sua vez, a terceira seção apresenta-se, sobre a Economia Solidária no Maranhão e as suas particularidades com a instituição do CRESOL em 2018, cuja finalidade é promover a Economia Solidária como forma de desenvolvimento sustentável, estimulando emprego, renda, cidadania, agroecologia e desenvolvimento local; articular órgãos públicos para fortalecer a Economia Solidária; estabelecer parcerias públicas e privadas para impulsionar a Economia Solidária; e apoiar a criação de programas educacionais e cursos de Economia Solidária em nível municipal. (Maranhão, 2013).

Por fim, os resultados da pesquisa de campo são elencados. Na primeira parte, é delineado o perfil dos seis empreendedores solidários que foram selecionados, revelando uma diversidade de trajetórias com perfis que refletem um engajamento variado na Economia Solidária. Na segunda parte dos resultados, é verificado o impacto significativo do aumento da renda para os participantes, seja como fonte principal de renda, ou como complemento, quando se visa uma perspectiva de médio prazo.

Observou-se, ademais, que todos os empreendimentos estudados enfrentam desafios consideráveis. Para os artesãos, em especial, a sazonalidade das vendas representa uma dificuldade em manter a estabilidade do negócio. Entretanto,

todos os empreendimentos demonstraram ter uma cadeia de articulação bem integrada e eficiente, apesar de o maior obstáculo enfrentado ser a logística e o transporte, devido a distância em que estão localizados os fornecedores em relação ao Maranhão.

Esta sazonalidade impacta a geração de renda dos associados, com efeitos diferentes dependendo do tamanho e da escala dos empreendimentos. Nos empreendimentos menores, pode ser desafiador manter uma renda estável, enquanto nos maiores, a sazonalidade oferece potencial para ganhos substanciais, mas requer uma gestão financeira eficaz para otimizar essas oportunidades.

Entre os principais desafios identificados, destacamos a falta de apoio governamental por meio de políticas públicas que incentivem a Economia Solidária. Além disso, a gestão e a organização internas são obstáculos frequentes, uma vez que nem todos os empreendedores possuem conhecimento adequado de ferramentas de gestão.

Além disso, uma investigação mais direcionada poderia focar a identificação e a análise minuciosa das áreas específicas nas quais os empreendimentos solidários enfrentam desafios no âmbito de sua gestão e organização internas, com o desenvolvimento de programas de capacitação e treinamento, como os que o CRESOL já fornece, porém necessitam ser devidamente ajustados às necessidades intrínsecas de cada empreendimento.

Adicionalmente, uma vertente de pesquisa relevante seria a avaliação da influência das políticas públicas preexistentes e a proposição de novas políticas que possam fomentar e respaldar os empreendimentos solidários no contexto do Maranhão. Tal empreitada envolveria a coleta, análise e interpretação de dados empíricos que evidenciam os resultados concretos das políticas vigentes, bem como seu real impacto no fortalecimento e avanço dos empreendimentos solidários. Nessa perspectiva, a investigação da interconexão e colaboração entre os empreendimentos, assim como entre esses empreendimentos e atores diversos, tais como instituições acadêmicas, organizações não governamentais e empresas privadas, também detém relevância substancial. A análise dessas redes de colaboração poderia oferecer discernimento acerca de como tais interações contribuem para o sucesso e para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Com base nas evidências emergentes da pesquisa concernente à Economia Solidária dos empreendimentos vinculados ao CRESOL, no período de

2018 a 2022, no estado do Maranhão, emergem diversas linhas de investigação promissoras, que têm o potencial de alargar a compreensão atual e aperfeiçoar o impacto dessa economia no Maranhão. Uma abordagem que merece consideração consiste na realização de um aprofundamento analítico das determinantes subjacentes à sazonalidade das vendas, visando discernir as causas fundamentais desse padrão, assim como desenvolver estratégias específicas capazes de mitigar seus efeitos nos empreendimentos solidários. Esse aprofundamento pode viabilizar a formulação de abordagens direcionadas incluindo, mas não limitadas a planos de diversificação de produtos ou mercados, como meio de atenuar o impacto da sazonalidade.

Outrossim, a pesquisa conclui que, a Economia Solidária tem impacto relevante e significativo no aumento da geração de renda dos empreendimentos solidários vinculados ao CRESOL pois revela que eles têm potencial de aumentar a geração de renda nas suas famílias a medida que todos os grupos entrevistados conseguiram além de aumentar a renda - seja ela extra ou principal – Essa melhora no rendimento mensal tem um impacto direto e notório nas condições de vida dos envolvidos, e esse fenômeno está intrinsecamente ligado a um processo de fortalecimento da cadeia produtiva local, ressaltando e valorizando as características e potencialidades específicas da região.

REFERÊNCIAS

- AIUB, G. W., Andresia, L., MARTINS, S., & da Silva Júnior, O. F. P. **PARADIGMAS DA INOVAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: PROPOSTA DE UMA INCUBADORA SOCIAL NA UNIVALI**. In: 1º Seminário Nacional de Acompanhamento do PRONINC, 2008, Brasília. ANAIS do 1º Seminário Nacional de Acompanhamento do PRONINC. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas (SP): Cortez, 2002.
- BARBOSA, R. N. C.. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia. **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC/UFPR, 2007.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies – 2009/2010)**: guia para preenchimento do formulário de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Brasília: Senaes; MTE, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de maio de 2023.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 137, de 2017. **Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>. Acesso em: 14jun. 2023.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 4.685, de 8 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 5.849, de 10 de janeiro de 2001. **Institui e conceitua as empresas de Autogestão e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 6.606/2019 (n.º anterior: PL 4.685/2012). **Dispõe sobre Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários. cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras**

providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao559138>. Acesso em: 14 jun. 2023

BORINELLI, B. et al. **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional** – Londrina: UEL, 2010.

BRAVO, M^a Inês Souza e PEREIRA, Potyara A. (Orgs.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CAZZUNI, Dulce Helena; PRAXEDES, Sandra Faé; PATRONE, Maria Paula; GUIMARÃES, Gonçalo. **Osasco construindo uma economia mais justa e solidária**: Prefeitura do Município de Osasco, 2008.

CATTANI, Antônio David. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAVALCANTE, L. M. **Economia dos setores populares: juventude e educação para o trabalho**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_68c609f0c015b89b39cbf211ed8b1453. Acesso em: 01 de agosto de 2023.

CONAES – Conselho Nacional de Economia Solidária. 1.º **Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2023.

COLE, G. D. H. **A century of co-operation**. Manchester, Co- operative Union Ltd., 1944.

CORAGGIO, José Luís. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho**, In: Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (orgs.), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ, Vozes. 2000.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, JeanLouis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil: 2009.

Defourny, J.; Favreau, L.; Laville, J.-L. (Ed.). **Insertion et nouvelle économie sociale, un bilan international**, Paris: Desclée de Brouwer. 1998

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

FRANÇA FILHO, G. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. Bahia análise e dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002b, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANÇA, Genauto. (in) **Políticas Públicas de Economia Solidária: Por outro desenvolvimento**. SENAES, CJC, Rede de Gestores. Recife. 2006.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. S. **Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil**. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 34, n. 03, p. 811–834, 2019. DOI: 10.1590/s0102-6992-201934030008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/24197>. Acesso em: 11 maio 2023.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de Produção Capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz. **Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários**. Lua Nova, 83: 79-109. 2011.

GAIGER, Luiz et al. **A economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, Oikos. 2014.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ICAZA, A.M.S.; TIBIRA, L. **Economia Popular**. In CATTANI, A. A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2009.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socio-estruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Brasil, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%c3%a1ria%20no%20Brasil_2016.pdf

IPEA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise / Ministério do Trabalho. ano 28. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/218241_bmt_73_book.pdf Acesso em: 8 ago. de 2023.

JESUS, P. ; TIRIBA, L. Cooperação. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

LAVILLE, J-L. et al. Introdução. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Economia Solidária, Volume, v. 4, 2002. Disponível em: <http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/economia/economia%20solidaria.pdf#page=4>. Acesso: 8 de maio de 2023.

LIMA, Jorge Luiz Cunha. **O Brasil de FHC: Estado mínimo, precarização do trabalho assalariado e economia solidária**. Emancipação (UEPG) , UEPG, v. 4, n.1, p. 145-158, 2004.

LIMA NETO, A. **Cooperativas de Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2004.

Lisboa, A. M. (2004), **Economia solidária, economia barroca: a emergência da socioeconomia solidária na América ibérica**. Tese (Doutorado), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARANHÃO. **Decreto no 34.230, de 18 de junho de 2018**. Institui o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão – CRESOL/MA e dá outras providências. Diário Oficial do estado do Maranhão, São Luís, p. 2, 18 jun. 2018.

MARANHÃO. **Lei no 10.581, de 19 de abril de 2017**. Dispõe sobre a criação, composição e o funcionamento do Conselho Estadual de Economia Solidária do Maranhão – CRESOL e dá outras providências. Diário Oficial do estado do Maranhão, São Luís, p.1, 19 abr. 2017.

MARANHÃO. **Plano Plurianual 2020-2023**. São Luís: Seplan, 2019b. Disponível em: <https://www.seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/PPA-2020-2023-apos-revisao-em-29-10-2020.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 2.

LISBOA, A. M. **Economia solidária, economia barroca: a emergência da socioeconomia solidária na América Ibérica**. Tese de Doutorado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2004.

MILLER, E. **Solidarity Economy: Key Concepts and Issues**. Alternatives for People and Planet. Amherst, MA: Center for Popular Economics. 2010. Disponível em: < https://base.socioeco.org/docs/miller_solidarity_economy_key_issues_2010-1.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de Campo: Contexto de Observação**,

Interação e Descoberta. In_: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Suely FERREIRA, Deslandes; Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Brasil Sem Miséria**: Artigo 15. [S.l.], [s.n.], 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/artigo_15.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023

MOTHÉ, D. **Autogestão**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **A atuação da incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade regional de Blumenau**: a Economia Solidária no debate acerca do desenvolvimento regional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Universidade Regional de Blumenau, 2002.

PITA, F. **“O DIREITO IMPORTA”? O MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**. “THE LAW MATTERS”? THE LEGAL FRAMEWORK FOR SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL. Revista da ABET, v. 19, n. 2, Julho a Dezembro de 2020.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**: O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. Contexto, 2001, São Paulo.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária**: novas práticas, novas metodologias. Revista Mercado de trabalho. Brasília, n. 39, pp. 57-62, maio 2009.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: Macir Gadotti (org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo. Cortez. 1993.

ROCHA, J. M. **Economia Solidária**: discutindo uma nova ética nas relações de trocas. Estudo & Debate (Lajeado) , Lajeado-RS, v. 12, n.1, 2005.

ROCHA, L. C. **Experiência associativista dos catadores de materiais recicláveis da ASCAMAR e da COOPRESL**: desafios e oportunidades econômicas em São Luís no início do século XXI. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SÁ, Jorge. **Economia Social**: da crise às oportunidades. In: SOUZA, Andre Ricardo de; ZANIN, Maria (Org.). In: A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho. São Carlos: Edufscar, 2017.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. **Organizações da sociedade civil: entre a solidariedade libertária e a liberal**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SCHIOCHET, W. Economia Social. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, JeanLouis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil: 2009.

SCHWENGBER, A. M. **Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos**. IPEA; Mercado de Trabalho; n 28,| set 2007.

SINGER, Paul. **Prefácio**. In: Empresa social - administração autogestionária e globalização: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo : ANTEAG, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário** . Estudos Avançados, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>. Acesso em: 11 maio 2023.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. 1ª Ed. 5ª reimpressão. São Paulo. Editora:Perseu Abramo, 2012.

SINGER, P.. Direitos sociais: a cidadania para todos. In: Pinsky, J. & Pinsky, C. B. (orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto. 2003.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo, Contexto, 2003.

SOUZA, C. 2006. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> Acesso em: 30 de maio 2023.

TIBIRA, L. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**, Ijuí: UNIJUI. 2001.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. 2005. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.12.2006.tde-28082006-155039. Acesso em: 25 de maio 2023.

WELLEN, H. **Para a crítica da Economia Solidária**. 1.ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOLKMER, A. C. Pluralismo jurídico: nuevo marco emancipatorio em América Latina. In: RANGEL, J. A. T. Pluralismo Jurídico: Teoria y Experiências. Cenejus, 2007.

WILENSKY, H. L. **The welfare state and equality**: Structural and ideological roots of public expenditures. Univ of California Press, 1974.

APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO CRESOL 2022

	NOME DO EMPREENDIMENTO	QUANT. MEMBROS	PRODUTO E MATERIAL UTILIZADO
1	Associação Comunitária de Educação Ambiental e geração de renda de Iguaíba - ACEAGRI	25	Artesanato de cascalho de sarnambi, ostra, tarioba e sururu
2	Associação de Jovens Rurais- AJR	8	Artesanato em coco babaçu: colar, gargantilha, brincos, anéis e chaveiros
3	Associação Cultural Encanto da Ilha	33	Artesanato cultural do Bumba meu Boi
4	Associação de criadores de abelhas de São Luís-Ma - APECAD	18	Apicultura (mel e derivados)
5	Associação de mulheres trabalhadoras rurais do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR	62	Extrativismo do coco babaçu (sabonetes; sabão)
6	Associação Maranhense de Artesanato - AMARARTE	20	Artesanato com fibra de bananeira, crochê, sementes, miçangas e tecido
7	Associação cultural dos artesãos de São Luís-Ma - ACEART	20	Artesanato em crochê, madeira, coco babaçu, bonecas de pano, bijuterias, azulejos e tecido
8	Associação Clube de Mães Trabalhadoras Rurais Lar de Maria	-	Derivados de Babaçu (pão, sorvete, biscoito) e artesanato de babaçu.
9	Associação das Quebradeiras de Coco dos Projetos de Assentamento do Município de Chapadinha	32	Extrativismo do coco babaçu (biscoito, mesocarpo, óleo de coco babaçu, azeite de coco babaçu, rapadura) e, doces de frutas da região (caju, goiaba e banana).
10	Associação folclórica tambor de crioula - Arte Nossa	50	CDs e instrumentos de tambor de crioula

11	Associação de artesãs da Boa Vista	12	Artesanato em fibra de buriti (bolsas, chapéu, pereg, caminhos de mesa, jogo amaricano...
12	Associação de Pequenos Produtores de Cumbique e Adjacências (Feirinha CRESOL)	31	Agricultura Familiar e Hortifruti
13	Associação de Mulheres Produtoras Rurais do Povoado Perijuçaras -Axixá	33	Agricultura Familiar, Extrativismo e Ribeirinhos (farinha, corante, tempero seco, amêndoas do coco babaçu, azeite de coco babaçu, azeite de andiroba, azeite de pequi, azeite de mamona, mel, licor, geleias)
14	União das Associação da Vila da Paz - Turilândia	-	Agricultura Familiar
15	Associação União dos moradores do povoado Limoeiro - LIMEL	32	Apicultura (Mel de Tiúba)
16	Associação Espírita Lar de José	172	Reciclagem (Vassouras)
17	Associação de Mulheres Artesãs da Economia Solidária Luminense - MADESOL	25	Artesanato em fibra de bananeira, embalagens, manta, crochê, etc...
18	Associação Mãos que Brilham no Artesanato e Reciclagem	12	Artesanato com materiais recicláveis (roupas, bijuterias), tiaras, telhas decoradas, imãs de azuleijos, porta retrato com azuleijos São Luís, xícaras, etc...
19	Associação dos Produtores Ruaris de Santa Maria	5	Agricultura Familiar (Castanha)
20	Associação dos Produtores Rurais de Mata Barreirinhas /MA - GAAPRMBMA	68	Artesanato em Fibra de buriti (esteiras, flores, pompons de cabelo), crochê (bolsas) e, Agricultura Familiar (farinha, tapioca)
21	Associação de Artesanato Cultural de São Mateus - Mãos de Fada	100	Artesanato em crochê, biscuit, chaveiros de

			coco babaçu, luminária e etc...
22	Associação das Rendeiras e Artesãs da Praia da Raposa	34	Artesanato em renda de bilro (vestuário, toalhas, centro de mesa, guardanapo, tiaras e etc...
23	Associação dos Artesãos de São João dos Pilões	24	Produtos em madeira (pilão, farinheira, tigela, fruteira, porta tempeiros, tabuas de carne etc...)
24	Associação de Mulheres Extrativista Babaçu é Vida	18	Extrativismo do Coco Babaçu (Biscoito, mesocarpo, licor, óleo de coco babaçu, azeite de coco babaçu, sabonete, raspa de sabão
25	Associação de Agricultoras e Agricultores Familiares de Amapá do Maranhão	20	Apicultura, Agricultura Familiar (mel, farinha, verduras, cestas, kibano)
26	Associação de Artesãos Unidos pela Fibra	17	Extrativismo da fibra de buriti (bolsas, porta moedas, estojos, carteiras, porta cartão, chaveiros, jogo americano, tapetes e etc...)
27	Coletivo Cultural Arte é Vida	25	Artesanato em madeira, crochê, garrafa pet, vidro e etc...
28	Casa das artesãs do Povoado Marcelino	12	Artesanato em Fibra de Buriti (pirek, bolsas, chapéus
29	Cooperativa dos Artesões dos Lençóis Maranhenses - ARTCOOP	20	Artesanato em fibra de buriti (bolsa, chapéu, centro de mesa, guardanapo, toalha redonda, colar, brinco, pulseira e etc...)

30	Cooperativa Agroecológica de Agricultores e Agricultoras familiar e Economia Solidária de Rosário	30	Produtos da agricultura familiar e hortifruti (farinha, pimenta em conserva, biscoito de povilho, polpa de frutas, sabão de andiroba)
31	COAFAM	25	Agricultura Familiar (Licor, sorvete)
32	COOPERVIDA - Loreto	-	Agricultura Familiar
33	COPPALJ	-	Extrativismo em Coco Babaçu (óleo de babaçu orgânico refinado)
34	Casa das Polpas	3	Xarope de Cupim, mesocarpo e artesanato em tecido)
35	Grupo de Mulheres de Santana	-	Licor e geléia
36	Grupo de Mulheres de Santa Filomena	3	Artesanto em crochê
37	Grupo Foco Sustentável	10	Artesanato em garrafa pet, sementes e outros materiais regionais
38	Grupo de Artesanato Encantos do Munin	8	Artesanato de fibras naturais : palha de milho, babaçu, bambu e etc...
39	Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina	10	Brinquedos Pedagógicos
40	Grupo União de Mulheres Empreendedoras - GUME	30	Artesanato em miçangas, bonecas, crochê, bijuterias e artesanato em feltro
41	Grupo Mulheres Criadoras	8	Costura criativa, reciclagem em tecido, macramê, fibras naturais, bijuterias, papel marchê, gesso, encadernação, artigos religiosos, etc.
42	Grupo Mulheres Unidas da Cidade Nova	30	Geleias, conservas, pães e artesanato em crochê
43	Grupo de Codó		Artesanato

44	Grupo de Mulheres Rio Grande	-	Artesanato em fibra de buriti: chapéus, bolsas, jogo americano
45	Grupo amigas solidárias	15	Artesanato em reciclagem, em tecido, laços, crochê, bonecas, chaveiros, ecobags, peso de porta
46	Itamatatuiua	10	Produtos em Argila: vasos, tigelas, pirex, alguidar e etc...
47	Trilhando a Costura (Rede de Mulheres do Maranhão)	220	Óleo de coco babaçu, azeite de coco babaçu, chips de macaxeira, cocada, mel, mesocarpo, biscoito, pães e etc...
48	Doces e Salgados (Rede de Mulheres do Maranhão)		
49	Terra dos Palmares (Rede de Mulheres do Maranhão)		
50	Doce Cultura (Rede de Mulheres do Maranhão)		
51	Delícia da Vila Pindaré (Rede de Mulheres do Maranhão)		
52	Sabor de Todo Dia (Rede de Mulheres do Maranhão)		
53	Sabor de Arapapá (Rede de Mulheres do Maranhão)		
54	Três Amores (Rede de Mulheres do Maranhão)		
55	Mão de Fibra (Rede de Mulheres do Maranhão)		
56	Zé Pedro (Rede de Mulheres do Maranhão)		
57	Babaçu Boa Vista (Rede de Mulheres do Maranhão)		
58	Ateliêr Bubasa		
59	Horta Roça Grande		
60	Padaria Santa Luzia (Rede de Mulheres do Maranhão)		
61	Horta Cristalândia (Rede de Mulheres do Maranhão)		

62	Restaurante- Elas por elas	4	Comida caseira, sorvete, sucão e etc...
63	Movimento Interestadual das quebradeiras de coco Babaçu - MIQCB	-	Extrativismo do Coco Babaçu (mesorcapo, óleo de coco babaçu, azeite de coco babaçu)
64	Pastoral Operária	-	Artesanato em produtos reciclados
65	Mulheres do Campo em Ação	25	Agricultura Familiar e Hortfruti
66	Produtores de agricultura Familiar, Alimentos e Artesanato - Agroartes	15	Agricultura Familiar e Hortfruti, alimentos e artesanatos.
67	Rede de Mulheres das marés e das águas dos manguezais Amazônicos do Maranhão e Piauí - REMULMANA		Mariscos

APÊNDICE B - GUIA USADO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Dados Gerais

Nome:

Idade:

Gênero:

Raça:

Escolaridade:

Nome do empreendimento:

Qual o ano de início do empreendimento:

Endereço:

Número de cooperados:

Que atividade você exercia antes deste empreendimento?

2. Guia para perguntas

Caracterização dos Empreendimentos Solidários Vinculados ao CRESOL – Geração de renda e Articulação do Modo de Produção

1. Como funciona o seu empreendimento?
 - a) Produção própria e venda
 - b) Revendas de produtos de terceiros
2. O empreendimento solidário tem parcerias com outras organizações ou instituições para promover a geração de renda?
 - a) Sim. Quais? Ong, poder público, igreja, empresa privada
 - b) Não
3. Em qual local as vendas são realizadas?
 - a) Loja física
 - b) Online (plataforma na internet)
 - c) Feira
 - d) Parcerias com empresas
4. Com que frequência são realizadas as vendas dos produtos?
 - a) Concentrada ou aleatória, conforme oportunidades de vendas.
 - b) Regular
5. Quais são os critérios utilizados para definir os preços dos produtos ou serviços oferecidos pelo empreendimento solidário? E como o produto é aceito no mercado?
6. Como você descreveria a articulação da cadeia de produção (entre a aquisição de matéria prima até a produção) do seu empreendimento solidário?
 - a) Totalmente integrada, com um fluxo eficiente desde a aquisição de matérias-primas até a entrega final do produto/serviço.
 - b) Parcialmente integrada, com alguns elos na cadeia de produção, mas ainda há oportunidades de melhorias.

- c) Fragmentada, com pouca integração entre os diferentes estágios da produção.
 - d) Inexistente, o empreendimento não possui uma cadeia de produção estabelecida.
7. Quais são os principais obstáculos enfrentados na relação com fornecedores, distribuidores ou consumidores?
- a) Dificuldade de acesso a fornecedores confiáveis
 - b) Problemas de logística e transporte
 - c) Concorrência desleal
 - d) Outros:
8. Qual o faturamento mensal do empreendimento?
- a) Até R\$ 1.350,00
 - b) R\$ 1.351,00 a R\$ 2.000,00
 - c) R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
 - d) Acima de R\$ 3.000,00
10. Você possui alguma renda adicional proveniente de outra atividade remunerada?
- a) Sim
 - b) Não
11. Como são estabelecidos os critérios de distribuição do valor arrecado no seu empreendimento solidário?
- a) Por participação igualitária
 - b) Por critérios de produtividade
 - c) Por critérios de horas trabalhadas
 - d) Outros: produção individual de venda
12. Como você avalia o impacto do seu empreendimento solidário na sua geração de renda, considerando os resultados alcançados?
- a) Muito positivo
 - b) Positivo
 - c) Neutro
 - d) Negativo
 - e) Muito negativo
13. Você percebe algum impacto positivo da economia solidária na sua comunidade/localidade?
- a) Sim, há um impacto significativo
 - b) Sim, há um impacto moderado
 - c) Sim, mas o impacto é limitado
 - d) Não, não percebo nenhum impacto
14. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados no seu empreendimento?
- a) Falta de acesso a crédito e financiamento
 - b) Pouco apoio governamental
 - c) Dificuldade de capacitação e qualificação
 - d) Dificuldade de gestão e organização interna
 - e) Outros:

15. Como você avalia o impacto do seu empreendimento na melhoria das condições socioeconômicas da sua vida?

- a) Muito positivo
- b) Positivo
- c) Neutro
- d) Negativo
- e) Muito negativo

16. Qual é o principal impacto social que você identifica no seu empreendimento solidário?

- a) Geração de empregos e renda para a comunidade
- b) Fortalecimento dos laços comunitários
- c) Promoção da igualdade e inclusão social
- d) Outros

Realidade da Economia Solidária no Maranhão - CRESOL

17. Como acontece a articulação com o CRESOL no seu empreendimento?

- a) Participação em eventos e reuniões
- b) Acesso a serviços de capacitação e assessoria técnica
- c) Acesso a linhas de crédito
- d) Outros

18. Como você avalia o apoio do CRESOL para a promoção do desenvolvimento e articulação dos empreendimentos solidários vinculados a ele?

- a) Muito satisfatório
- b) Satisfatório
- c) Neutro
- d) Insatisfatório
- e) Muito insatisfatório

19. Com que frequência você participa de eventos ou capacitação promovidos pelo CRESOL?

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) As vezes
- d) Sempre

20. Como você avalia a importância da formação e capacitação para o sucesso do seu empreendimento solidário?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Neutra
- d) Pouco importante
- e) Não é importante

21. Com o auxílio do CRESOL você conseguiu ter um resultado diferente?

- a) Sim
- b) Não

22. Como você enxerga o futuro da economia solidária no Maranhão?

- a) Com otimismo, acredito que terá um crescimento significativo
- b) Com expectativas moderadas, acredito que terá avanços gradualmente
- c) Com incertezas, não sei como será o seu desenvolvimento
- d) Com pessimismo, acredito que terá dificuldades e pouco crescimento

23. Você possui alguma sugestão ou comentário adicional sobre a economia solidária no Maranhão e a atuação do CRESOL? [Campo aberto para a resposta do entrevistado]

APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nome	Órgão	Cargo/ Função
Entrevistada 1	Empreendimento A	Presidente
Entrevistada 2	Empreendimento B	Presidente
Entrevistada 3	Empreendimento C	Presidente
Entrevistada 4	Empreendimento D	Associada responsável pela venda no CEPRAMA
Entrevistada 5	Empreendimento E	Presidente
Entrevistada 6	Empreendimento F	Associada responsável pela venda no CRESOL